

CAMILA ZUCON RAMOS DE SIQUEIRA

**OS CURSINHOS POPULARES: ESTUDO COMPARADO ENTRE MSU E
EDUCAFRO – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S618c
2011

Siqueira, Camila Zucon Ramos de, 1986-
Os cursinhos populares : estudo comparado entre MSU
e EDUCAFRO – MG / Camila Zucon Ramos de Siqueira. –
Viçosa, MG, 2011.
xiii, 85f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Dilenio Dustan Lucas de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 75-80

1. Educação popular. 2. Movimentos sociais.
3. Universidades e faculdades - Vestibulares. 4. Ensino
superior - Exames para admissão. I. Universidade Federal de
Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 379.118

CAMILA ZUCON RAMOS DE SIQUEIRA

**OS CURSINHOS POPULARES: ESTUDO COMPARADO ENTRE MSU E
EDUCAFRO – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de março de 2011

Prof. Cezar Luiz de Mari

Prof. José dos Santos Souza
(Coorientador)

Prof. Dileno Dustan Lucas de Souza
(Orientador)

Janela sobre as ditaduras invisíveis

"A mãe abnegada exerce a ditadura da servidão.

O amigo solícito exerce a ditadura do favor.

A caridade exerce a ditadura da dívida.

A liberdade de mercado permite que você aceite os preços que lhe são impostos.

A liberdade de opinião permite que você escute aqueles que opinam em seu nome.

A liberdade de eleição permite que você escolha o molho com o qual será devorado."

(Eduardo Galeano)

AGRADECIMENTOS

Ao povo brasileiro, por ter financiado meus estudos de graduação e pós-graduação em uma universidade pública.

Aos sujeitos participantes dessa pesquisa (MSU e Educafro), que me fizeram perceber mais profundamente o valor da militância para democratização do acesso ao ensino superior.

À minha família, por ser a referência na minha vida e por compreender, admirar e apoiar os caminhos que tenho trilhado.

À minha mãe, pela mulher maravilhosa que sempre foi, e pela incrível sensibilidade e dedicação.

Ao meu pai, pelo exemplo de responsabilidade e comprometimento com tudo que se envolve.

Ao meu irmão, Pedro, por ser sempre um grande amigo, e estar sempre em busca de novas descobertas.

Ao Alexandre (Limão), pela cumplicidade, força e paciência durante todo o mestrado e, principalmente, por ser meu companheiro de todas as horas. E toda sua família que, de alguma forma, tornou-se um pouco minha também.

Ao Dileno, meu orientador, pelo apoio e confiança.

À professora e coorientadora Graça Ribeiro, pelo exemplo de competência, dedicação e pelo carinho durante esses dois anos. Seu acompanhamento foi fundamental.

Ao professor José dos Santos, por aceitar o convite e participar deste trabalho.

Ao professor Cezar de Mari, por aceitar o convite de participar da banca e contribuir imensamente com o debate.

Às colegas de mestrado, sempre importantes no compartilhamento de dúvidas e angústias. Em especial à Maria José, por ter se tornado uma grande amiga-conselheira, e sua família.

Aos amigos e amigas de Aracaju que foram fundamentais para minha vida, pois sempre mostraram a importância de viver a vida de maneira suave (Jú G., Manuel, Bruna, Luana, Ricardo, Peu, Gú), regada a boas piadas, principalmente Jú Franco, por ser uma amiga fiel.

Agradeço também à família Sicupira (Paulina e Jaqueline) que se tornaram também parte da minha família, e Pedro afilhadinho abençoado que Jaqueline me presenteou.

Aos diversos grupos e pessoas que fizeram da minha vida em Viçosa, um mundo grandes debates, enfrentamentos, me mostraram a necessidade de brigar pelo justo, para que seja possível pensar em uma outra sociedade. Entre eles à ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares); ao CAGEO (Centro Acadêmico de Geografia); à AGB-SL Viçosa (Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Viçosa); à AQHB (Associação Quilombola Herdeiros do Banzo); ao Cursinho Popular do DCE/UFV (Diretório Central dos Estudantes/ Universidade Federal de Viçosa) por me apresentar a Educação Popular e me fazer optar por ser educadora; ao Cursinho Popular de Paula Cândido; ao Fórum de Cursinhos Populares de Viçosa e Região; à Consulta Popular (Partido que me mostrou uma possibilidade de unidade); às todos os coletivos que lutam e resistem em um contexto muitas vezes perverso.

À cidade de Viçosa pelo acolhimento, e por ter se tornado meu lar, já faz sete anos, e ainda permanecerei por mais tempo, esse espaço tornou-se também meu lugar.

A todas as pessoas que participaram da minha formação, importantes amigos e companheiros de curso (Ana Maria, Patrício, Clarinha, Bruno, Lucas, Aline, Daniel, e todos) que dividiram comigo angústias e descobertas.

Aos militantes e às militantes da educação que vivenciam um complexo processo de desvalorização da profissão e uma ofensiva sobre os direitos.

À todos que sonham, acreditam e lutam coletivamente por uma sociedade justa e igualitária. Penso que somente por meio da organização popular qualquer transformação seja possível.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL	11
2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA INSERÇÃO HISTÓRICA	11
2.2. EDUCAÇÃO POPULAR E OS DIVERSOS ENTENDIMENTOS	14
3. OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES	19
3.1. UM BREVE HISTÓRICO DOS PVPS	19
3.2. OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES, CURSINHOS POPULARES, PRÉ- VESTIBULARES COMUNITÁRIOS, CURSINHO ALTERNATIVOS, COMO QUEIRAM DENOMINAR.....	22
3.3. HISTÓRICO E PRINCÍPIOS DA EDUCAFRO	25
3.4. HISTÓRICO E PRINCÍPIOS DO MSU.....	30
4. EDUCAFRO E MSU NUMA LEITURA COMPARADA.....	35
4.1. SEMELHANÇAS/ CONVERGÊNCIAS ENTRE OS NÚCLEOS DO MSU E DA EDUCAFRO.....	35
Quadro 1 – Síntese das convergências e encontros entre MSU e Educafro.....	51
4.2. TENSÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS EXPERIÊNCIAS EM ANÁLISE	51
Quadro 2 – Síntese das tensões entre o MSU e Educafro.....	65
4.3. POSSIBILIDADES VISLUMBRADAS DIANTE DO PANORAMA DE CONVERGÊNCIAS E TENSÕES.....	65
Quadro 3 – Síntese dos itens A, B e C (Convergências, Tensões e Articulações) ...	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS.....	81

ANEXO B – MANIFESTO DE DISSIDÊNCIA DA EDUCAFRO - UNEAFRO:.....	83
ANEXO C – MANIFESTO EM DEFESA DE UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA POPULAR (MSU E EDUCAFRO SIGNATÁRIOS):	85

RESUMO

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2011. **Os cursinhos populares: um estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO - MG.** Orientador: Dilenio Dustan Lucas de Souza. Coorientadores: Maria das Graças M. Ribeiro e José dos Santos Souza.

Essa dissertação trata dos cursinhos pré-vestibulares populares no Brasil. Mais especificamente acerca de dois grupos articuladores dessas experiências: o Movimento dos Sem-Universidade – MSU e a Educação e Cidadania para Negros e Carentes – EDUCAFRO. Ao longo da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1990, eles abrandam seu caráter contestatório, tornando-se mais propositivos e acompanhando a chamada “globalização”. O objetivo deste trabalho foi compreender comparativamente o MSU e a EDUCAFRO, investigando as diferenças na estratégia e filosofia política de ambos para democratização do acesso ao ensino superior. A trajetória da pesquisa parte do histórico dos movimentos sociais no Brasil, da educação popular nesse contexto, seguido do surgimento e um breve histórico dos pré-vestibulares populares no País, tendo como foco do estudo o MSU e a Educafro, a partir de uma análise comparada. A metodologia utilizada para compreender esses núcleos foi uma revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas com membros do MSU-Minas e da EDUCAFRO-Minas e, por fim, um grupo focal com a presença de ambos. Detectamos que as principais convergências entre as experiências se situam no âmbito da sua tática e funcionamento de atuação. As tensões residem na atuação política desses e na compreensão da educação pública. As articulações se dão na atuação direta, ou seja, nas lutas concretas e pautas unificadoras como: Cotas, ProUni, isenção da taxa de inscrição no vestibular. Há momentos de união entre as partes analisadas, porém evidencia-se que a noção de educação pública é diferenciada entre MSU e EDUCAFRO. A compreensão das ações afirmativas também gera divergências: o MSU

as compreende como paliativas, enquanto a EDUCAFRO as enxerga como uma reparação ao povo negro, objetivando a transformação estrutural.

ABSTRACT

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, March 2011. **The popular pre vestibular courses: a comparative study between MSU and Educafro - MG.** Advisor: Dilenio Dustan Lucas de Souza. Co-advisors: Maria das Graças M. Ribeiro and José dos Santos Souza.

This dissertation deals with the pre-university preparatory popular courses in Brazil. More specifically about these two groups articulating experiences: the Movement of those without university - *MSU* and the Education and Citizenship for black and poor - *Educafro*. Along the trajectory of social movements in Brazil from the 1990s, these soften its argumentative character becoming more purposeful, following the so-called "globalization." The aim of this study was to understand and compare the *MSU* and the *Educafro*, investigating the differences in political philosophy and strategy of both to democratize access to higher education. The research line starts from the history of social movements in Brazil, popular education in this context, followed by the appearance and a brief history of popular pre-university in the country, focusing on the study the *MSU* and the *Educafro*, from a comparative analysis. The methodology used to understand these cores was a literature review, semi-structured interviews with members of the *MSU-MG* and *Educafro-MG*, and finally a focus group with the presence of both. We detected that the main similarities between the experiences are situated within its own tactics and operating performance. The tensions lie in political action and understanding of public education. The joints happen in direct action, in other words, in the concrete struggles, in the unifying guidelines as: Quotas, ProUni, exemption of registration fee for vestibular. Showing the union face to the campaign against political opponents' forces. The prospect of public education is not the same. The understanding of affirmative action also generates differences, the *MSU* understands as palliative, while *Educafro* sees them as reparation to black people, aiming at structural transformation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das convergências e encontros entre MSU e EDUCAFRO.....	50
Quadro 2 – Síntese das tensões entre o MSU e EDUCAFRO.....	64
Quadro 3 – Síntese dos itens A, B E C (convergências, tensões e articulações)	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APN: Agentes Pastorais Negros

CAASO: Cursinho do Centro Acadêmico Armando Sales

CEB: Comunidades Eclesiais de Base

CEMEC: Centro Marista de Educação e Cidadania

CPVC: Cursinhos Pré-Vestibulares Comunitários

DCE: Diretório Central dos Estudantes

EDUCAFRO: Educação e Cidadania para Negros e Carentes

EDUCAFRO MINAS: Educação e Cidadania de negros/as e pessoas da camada popular de Minas Gerais

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FUVEST: Fundação Universitária para o Vestibular

GESPALP: Grupos de Estudos e Pré- Vestibulares Alternativos Populares

GREAMAR: Grupo de Estudos do bairro Floramar (BH)

GRENI: Grupo de religiosas, seminaristas e padres negros

GRUPREV: União dos Grupos Alternativos de Estudo Pré-Vestibular

IES: Instituição de Ensino Superior

IFET: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEB: Movimento de Educação de Base

MEC: Ministério da Educação

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil

MSU: Movimento dos Sem-Universidade

MONABANTU: Movimento Nacional Nação Bantu

UFV: Universidade Federal de Viçosa/MG

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

ONG: Organização Não Governamental

PBH: Prefeitura de BH

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PIC: Programa Inovadora de Curso

PRÉ-UFMG: Cursinho Pré-Vestibular para UFMG

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PT: Partido dos Trabalhadores

PUC: Pontifícia Universidade Católica

PVPs: Pré-Vestibulares Populares

PVNC: Pré-Vestibular para Negros e Carentes

SECAD: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNEAFRO: União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora

UNEGRO: União de Negros pela Igualdade

UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-americana

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

UNESP: Universidade Estadual Paulista

VIA CAMPESINA: Movimento Camponês Internacional

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo da sua história, tem sido marcado por injustiças e opressões em prol da manutenção dos privilégios das elites. A juventude herdou um cenário bastante caótico e desanimador, gerado por esse modelo de exploração; o que leva o Brasil, no século XXI, a ser considerado como uma das sociedades mais excludentes do mundo. Por outro lado, também está entre as maiores sociedades com concentração de renda e fundiária.

Constantemente são obscurecidas ações de insatisfação e de luta por transformação social no Brasil. Tal medida reforça a ideia de inviabilidade do País devido a uma geração supostamente estática e conformista.

A educação acompanha esse cenário, e a ideia de educação pública, gratuita, de qualidade para todos – antigo projeto popular – tem sido apresentado como inatingível e desnecessário.

Na contracorrente deste discurso hegemônico, que invade, inclusive, o pensamento acadêmico, afirmo a necessidade de que a vida tenha sentido, de que esse sentido conjugue a humanização, afirmada por Freire, com a emancipação, pensada por Marx. Sem isso, o humano descamba para um processo de autodestruição, de perda de referências e de desumanização, como vem ocorrendo (RIBEIRO, 2006, p.156).

Nessa contracorrente, grupos organizados da sociedade brasileira (movimentos sociais, sindicatos, associações, etc) têm discutido e se articulado para transformá-la, construindo propostas e experiências coletivas, em contraposição à conjuntura excludente e privatista da educação brasileira.

Nesse trabalho tratamos de investigar uma das experiências desses movimentos na luta pela educação, por meio da construção de cursinhos pré-vestibulares populares.

O presente estudo se situa na linha de pesquisa “Educação, Estado e Sociedade”, pois se refere especificamente a uma pesquisa comparada entre dois articuladores de cursinhos pré-vestibulares populares que possuem sede na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Esses grupos são o Movimento dos Sem-Universidade – MSU-Minas,

movimento cultural, social e popular que luta pela democratização da universidade e pela transformação cultural do Brasil¹, e a Educação e Cidadania de negros(as) e pessoas da camada popular – Educafro-Minas, rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários, que é uma entidade do movimento negro, sem fins lucrativos e que luta por justiça². Ambos os grupos trabalham com cursinhos pré-vestibulares populares/comunitários e atuam em diversos estados do Brasil.

Cursinhos populares/comunitários é uma denominação para iniciativas de oferecimentos de cursos pré-vestibulares gratuitos, ou com taxas para suprimento de transporte para os educadores, que surgem devido à grande dificuldade de acesso ao ensino superior brasileiro, sobretudo em relação ao exame vestibular. Experiências que surgem a partir da análise de que a dificuldade do acesso ao ensino superior no Brasil não se trata de limites pessoais, mas sim de uma questão socioeconômica que dificulta o acesso dos trabalhadores ao ensino superior. “Surgidos a partir da década de 1990 com o objetivo de auxiliar na democratização do acesso à universidade, tais cursinhos ajudam jovens (e não tão jovens) de baixa renda a conquistarem o sonho do diploma de uma universidade” (CAROS AMIGOS, 2010, p.31).

Tais iniciativas advêm de diversos grupos populares, movimentos sociais, sindicatos, movimentos estudantis e religiosos. Enfim, trata-se de uma grande diversidade de sujeitos que propõe essa forma de organização.

A presente pesquisa foi motivada por diversas questões de ordem política, científica e pessoal. A temática dos pré-vestibulares populares é um tema de pesquisa que me acompanha desde a graduação em Geografia.

Meu interesse pelo tema dos cursinhos populares teve início no momento em que comecei a trabalhar no cursinho popular do diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) como educadora em Geografia, no ano de 2008, e se materializa com a pesquisa monográfica que teve como tema “Cursinhos Populares em movimento: articular e conhecer contradições”. Os desdobramentos deste trabalho ocorreram em 2009 e 2010 quando participei como orientadora pedagógica e,

¹Definição retirada do site nacional do MSU: <<http://www.msu.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2010. Há diferenças na concepção estadual e nacional do movimento, cujo debate se dará no decorrer do texto.

² Definição retirada do site nacional da Educafro: <<http://www.educafro.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2010. A nomenclatura nacional e estadual da Educafro possui variações, nacionalmente se reconhece por outro nome, para caracterizar a Educafro, que é Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes. Até a edição de fevereiro/março do jornalzinho da Educafro-Minas “Presença Ativa”, encontramos a denominação convergente com a nacional (ver Anexo A), nas edições seguintes a essa não encontramos referência ao significado da sigla Educafro-Minas. Uma funcionária-membro da equipe nos informou que dependendo do documento a ser escrito, utiliza uma ou outra denominação, depende da ocasião.

posteriormente, como educadora em Geografia do Curso Popular do município de Paula Cândido – MG. Essa experiência me possibilitou a participação e vivência de debates em dois Fóruns de Cursinhos Populares de Ribeirão Preto e Região e a busca por compreender a dinâmica mais ampla desse movimento. Enfrentamos diversas contradições cotidianas na tentativa de construir um projeto de Educação Popular em contextos desfavoráveis. Apesar de não termos envolvimento direto com as organizações em estudo, estou envolvida em processos semelhantes ligados aos Pré-Vestibulares Populares (PVPs).

Esse envolvimento ganhou uma dimensão de comprometimento político com a causa dos sem-universidade, embora só tenha tomado conhecimento dessa causa após o ingresso no ensino superior e o envolvimento com o cursinho popular na condição de educadora. Observo a exclusão intrínseca às universidades públicas e os entraves para a transformação da sociedade por esse caminho, pois somente será possível uma universidade justa, numa sociedade que adote outro sistema político-econômico. Entendendo o compromisso educacional que as universidades devem ter, afirmando a luta pelo acesso ao ensino superior e parafraseando Paulo Freire, “A luta pela educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67).

Acerca da motivação pessoal para escolha do tema da pesquisa temos preocupações relativas à influência de atuar em cursinhos populares, e disso interferir na nossa análise. Por isso, faço minha a preocupação explicitada por Fávero (2006), em sua pesquisa acerca da experiência de educação popular radiofônica do MEB (Movimento de Educação de Base):

Trabalhar sobre um tema que tenha feito parte de nossa experiência pessoal pode introduzir alguns desvios em sua análise. Não é difícil limitar-se ao plano de simples testemunho, ou tender seja à apologia, seja a uma severa autocrítica que não consegue evitar os condicionamentos emocionais. Será possível ver ‘de fora’ aquilo que se viveu ‘por dentro? [...] Lendo velhos textos, de cuja elaboração talvez tenham participado, os que viveram os movimentos podem situá-los ao nível da consciência da época e ter uma ideia mais nítida dos seus limites e de sua fecundidade (GOMÉZ DE SOUZA *apud* FÁVERO, 2006, p.12).

Goméz de Souza (*apud* FÁVERO, 2006) apresenta essa como sendo sua tentativa na obra, esse processo de análise profunda e cuidadosa. Nós compreendemos esse como o grande desafio na nossa pesquisa: articular a crítica ao entendimento

profundo das ações, sem sermos demasiadamente autocríticos e sem tendermos ao panfletário.

No atual contexto da sociedade brasileira, é possível identificar uma série de movimentos sociais e populares, que se originaram em uma conjuntura histórica completamente distinta dos dias de hoje. Ou seja, esses movimentos possuem suas raízes num momento de efervescência política no País, nas décadas de 1950, 1960, 1980 e 1990, anterior ao que muitos autores denominam hoje de globalização. Já Santos (2000), atribui acertadamente o conceito de *globaritarismo*³, que explicita o caráter totalitário da etapa político-econômico-social, que, por sua vez, desmobiliza os trabalhadores e flexibiliza seus direitos, da mesma forma que impõe um consumo inatingível para a maioria da sociedade.

O totalitarismo não é, porém limitado à esfera do trabalho, escorrendo para a esfera da política e das relações interpessoais e invadindo o próprio mundo da pesquisa e do ensino universitários, mediante um cerco às ideias cada vez menos dissimulado (SANTOS, 2004, p. 54-55).

Nesse atual momento político nacional, emergem iniciativas de movimentos sociais, com características diferenciadas do período anterior; os PVPs (Pré-Vestibulares Populares) se situam nesse contexto.

Tendo em vista a importância de estudos cumulativos, que visem uma compreensão mais integrada do movimento, a decisão do objeto de estudo se deu a partir das leituras (ZAGO, 2008; SANTOS, 2006; CASTRO, 2005; SILVA, 2006; BACHETTO, 2003). Em especial Castro (2005), que indicou a necessidade do movimento de se organizar nacionalmente. Dessa forma, buscaremos compreender se os PVPs têm se articulado para além de experiências pontuais e desconexas, a saber:

[...] Afirma-se a necessidade da construção de uma representação dos Cursinhos Alternativos e Populares em nível nacional. Essa representação pode ser construída pelo MSU e pelo Educafro, bem como pelo PVNC, por conta das ações executadas nos últimos anos em defesa de um outro ator nos bancos das universidades públicas brasileiras (CASTRO, 2005, p.108).

³ Debate presente no livro *Por uma outra globalização*, tendo em vista a existência de três dimensões desse processo “Globalização como fábula” o mundo que nos fazem ver, “Globalização como perversidade” o mundo de fato como é, e “Por uma outra globalização” mostra as possibilidades que existem diante do avanço dos meios técnico-científico-informacionais. O mundo em que vivemos nessa interpretação é regido por um grande fundamentalismo, ao contrário da democracia global que é corriqueiramente apregoada, o consumo seria o maior fundamentalismo desse modelo de desenvolvimento global.

Esse estudo nos indica a necessidade e as possibilidades de articulação dessas experiências pontuais dentro do movimento de PVP. O trabalho de Castro (2005) analisa a geograficidade do movimento de pré-vestibulares populares em São Paulo, na qual o autor identifica um processo de desarticulação entre as experiências dos PVP como um dos gargalos do movimento para se constituir como movimento social.

As “sugestões” de representatividade nacional: MSU, Educafro e PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) conduziram à seleção do MSU e Educafro como objeto de estudo desta pesquisa, tendo em vista que tais movimentos possuem núcleos em Minas Gerais, estado no qual está situada nossa pesquisa.

Ao reconhecermos os esforços e a importância dos trabalhos já desenvolvidos, nos propusemos a afunilar nesse tema e enfrentamos o desafio de pesquisar a filosofia política⁴ do MSU e da Educafro. Nesse sentido, buscamos compreender o que os aproxima e o que os distancia em suas propostas políticas acerca do acesso ao ensino superior, suas concepções de educação pública, suas práticas políticas e os meios escolhidos como forma de alcançar esses objetivos.

A busca do entendimento dessas questões é motivada pela identificação dessas organizações como demonstrativas de movimentos similares que buscam a democratização do acesso ao ensino superior (MSU e Educafro), motivados por diferentes interpretações da realidade, como a identificação da exclusão do povo negro (Educafro) e, de outro lado, a identificação da ausência de perspectivas dos jovens das periferias brasileiras (MSU). Compreendemos que essas distintas vinculações de origem trazem diferentes projetos de democratização do acesso.

A nossa investigação buscou compreender as demandas educacionais criadas por essas organizações, tendo em vista que entendemos por demandas educacionais o conjunto de necessidades da sociedade civil organizada que exige processos diferenciados de ensino, pesquisa, aprendizagem e ações caracterizadas a partir da diversidade de realidades.

A pesquisa a respeito do MSU e da Educafro foi feita por meio de um estudo comparado para auxiliar o entendimento das aproximações e diferenças, em relação à proposta política e prática cotidiana existentes nessas duas experiências.

Partimos do princípio que ambos se propõem a um trabalho de alcance nacional e possuem os PVPs como prática comum. Ou seja, nos pareceu, inicialmente, que

⁴ Compreendemos por filosofia política aquilo que orienta politicamente as organizações, o motivador maior das ações, o porque de fato que motiva as atividades.

ambas as experiências possuíam objetivos semelhantes. Assim, foi nosso interesse entender o que as diferenciava e o porquê da não-unificação das iniciativas.

Nesse sentido, observamos que há diversas tensões, convergências e articulações entre as experiências em análise. A fim de compreendermos melhor esses dois movimentos, o método de trabalho adotado foi reelaborado diversas vezes, e revisitado a cada momento de execução das etapas. Inicialmente, a proposta se voltava para o estudo das experiências de Cursinhos Pré-Vestibulares Populares em Viçosa – MG, cidade de minha residência e na qual foi desenvolvido o trabalho monográfico nessa temática.

Essa cidade de estudo foi reavaliada pelas especificidades que possui e pelo número reduzido de experiências de PVP. Por esse motivo optou-se por fazer o trabalho de campo na capital mineira, Belo Horizonte (BH), tendo em vista um percurso mais consolidado no tema em análise, já que buscamos compreender o processo educativo e de luta política desenvolvida pelas organizações. Nesse sentido, uma caminhada mais extensa no campo dos PVPs favoreceu o desvendamento da dimensão que buscávamos atingir neste estudo.

Consideramos a opção adequada e percebemos que há uma novidade em relação aos estudos no tema por buscar compreender a realidade mineira e sua articulação nacional e por estar situada em uma cidade com número reduzido de estudos nesta temática – apesar das inúmeras experiências existentes.

Para isso, utilizamos o estudo qualitativo e comparado em educação, que nos permitiram ingressar no debate dos PVPs. Trata-se de uma temática transversal que está envolta em diversos campos do conhecimento por ser:

[...] uma área interdisciplinar que se propõe a investigar sistemas educacionais – no todo ou em partes – de diferentes países ou regiões, abarcando uma dimensão intra ou internacional, um tempo histórico fixo ou em movimento e uma perspectiva, sempre e necessariamente comparativa (BONITATIBUS, 1989, p.3).

Tendo em vista o caráter do trabalho e os estudos comparados em educação ser “[...] duplamente interdisciplinar, se é que faz sentido tal afirmação: primeiramente por estar apoiada na educação (já em si interdisciplinar) e, finalmente, por interpretar tal educação em contextos diferenciados” (BONITATIBUS, 1989, p.10). Por isso, as potencialidades da análise do tema proposto neste trabalho atendem à abrangência da educação.

Uma questão importante que Bonitatibus (1989) destaca é a necessidade de definição das dimensões temporal, espacial e metodológica do estudo. Definimos nosso estudo como sendo, respectivamente, sincrônico⁵, intraestadual⁶ e numa perspectiva dialética⁷. A perspectiva dialética nos auxiliou, à medida que temos as categorias de análise fornecidas pela teoria, mas, no processo de investigação, essas categorias foram constantemente revisitadas e reconstituídas. Dessa forma, a análise dos dados é um esforço da investigadora na tentativa de estabelecer conexões, mediações e contradições das questões levantadas e que constituem o problema pesquisado (FRIGOTTO, 1994).

O tipo de pesquisa desenvolvida para que pudéssemos ir além da dicotomia qualitativa *versus* quantitativa (LUNA, 1988; FRANCO, 1988; GAMBOA, 1987) não foi orientado por pressupostos individuais de desqualificação de uma ou outra tendência metodológica. Consideramos essas questões pertinentes como parte da construção epistemológica das ciências humanas, mas adotamos outra proposta.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi de tipo relacional⁸ e, apesar de um tipo em construção, pode ser compreendida como pertinente. O estudo foi caracterizado fundamentalmente pelo contato direto do pesquisador com o objeto pesquisado, considerando que “[...] métodos que presumem separação entre o pesquisador e o objeto de estudo (um binário sujeito/objeto) favorecem uma atitude instrumentalista em relação ao mundo e uma condição fundamental de alienação entre o pesquisador e o pesquisado” (GERGEN; GERGEN, 2006, p.378).

Orientamo-nos por princípios da História Oral⁹ com o objetivo de compreender a perspectiva política dessas organizações e interorganizações, porém foi algo complementar ao nosso estudo.

⁵ Sincrônico são os estudos que “[...] lidam com uniformidade de coexistência, ou seja, com fenômenos que coexistem num dado momento histórico” (BONITATIBUS, 1989, p.5).

⁶ “De fato, os limites espaciais de uma investigação comparativa podem variar imensamente, desde o nível de uma unidade escolar até um estudo verdadeiramente universal” (BONITATIBUS, 1989, p.5). No caso deste trabalho, refere-se a duas organizações que atuam em diversos estados brasileiros, por isso a classificamos como intraestadual, apesar do nosso objeto específico estar situado em apenas um município.

⁷ Pois compreendemos que a proposta dialética, inserida nas novas propostas teóricas “Abandonando o interesse por estudos que, baseados na esperança desenvolvimentista, atribuíam à escola o papel de motor do progresso [...] as novas propostas teóricas poriam em xeque todo o arcabouço construído pelo paradigma do consenso (BONITATIBUS, 1989, p.75-76).

⁸ Como proposto por Gergen e Gergen (2006), “O pesquisador deixa de ser um circunstante passivo que gera produtos representacionais que se comunicam com uma audiência minúscula de pesquisadores. Em vez disso, esse pesquisador torna-se um participante ativo nesse processo de forjar relações gerativas, comunicativas, de construir diálogos contínuos e de expandir o domínio da deliberação cívica” (p.381).

⁹ Considerando-a como “[...] uma história do *tempo presente* e é reconhecida como *história viva*” (MEIHY, 1998, p.17). “História Oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas,

Num primeiro momento foram levantados documentos relacionados a essas duas organizações com uma trajetória de alguns anos em relação aos cursinhos populares (Educafro e MSU), nas sedes mineiras localizadas em Belo Horizonte. Documentos como: jornais, informativos *on-line*, cartas públicas e moções.

Foram feitas conversas prévias e um levantamento exploratório de documentos, posteriormente entrevistas semiestruturadas e, por fim, um grupo focal, que:

[...] prevê a obtenção de dados a partir de discussões cuidadosamente planejadas onde os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes representações sociais sobre uma questão específica num ambiente permissivo e não constrangedor. A dinâmica da reunião não se restringe à simples alternância entre perguntas de um pesquisador e respostas dos participantes. Diz respeito à uma sessão grupal em que os sujeitos do estudo discutem vários aspectos de um tópico específico. Os grupos são constituídos por cerca de 6 a 15 pessoas, escolhidas por apresentarem pelo menos um traço comum, importante para o estudo proposto (WESTPHAL *et al.*, 1996, p.473).

O último foi um instrumento que se mostrou necessário após as entrevistas semiestruturadas, pois, por se tratar de um estudo comparado, visualizamos a importância do confronto de ideias entre as partes, já que as entrevistas despertaram uma série de questões acerca da relação entre os grupos investigados. Foi feita apenas uma seção do grupo focal, tendo em vista que “não existe [...] um padrão para o número de sessões de Grupo Focal, dependendo, sobretudo, dos objetivos traçados pelo pesquisador” (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004, p.11).

A análise do material produzido nessas entrevistas e no grupo focal foi orientada pelos estudos educacionais comparados.

Nossa revisão bibliográfica buscou conhecer a trajetória dos movimentos e organizações populares no Brasil sobre os cursinhos pré-vestibulares populares e, mais especificamente, sobre a Educafro e o MSU. Essa fase do trabalho acompanhou todo o seu desenvolvimento e não se esgotou. Observa-se que há uma grande diversidade de material produzido acerca dos pré-vestibulares populares no Brasil, contudo, foi escasso o material específico sobre a abordagem adotada.

Um primeiro mapeamento das organizações e disponibilidade para participar da pesquisa foi executado e a receptividade das organizações favoreceu a escolha. Apesar

com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas” (MEIHY, 1998, p.24).

de um estudo comparado trazer grandes desafios, este não consistiu num entrave, apenas alguma resistência, seguida de esclarecimentos.

Foram feitas seis entrevistas com membros dos grupos, da Educafro e do Movimento dos Sem-Universidade; duas com membros de diferentes núcleos do MSU, em Belo Horizonte (Horizontes, localizado no centro da cidade e Greamar, localizado no bairro Floramar); e uma com o presidente estadual do movimento. Além de uma com um membro da secretaria e do setor de formação da Educafro, e mais duas com membros que tiveram longa trajetória na sede da Educafro-Minas.

Para compreender o perfil dos entrevistados faremos uma breve caracterização. Primeiramente gostaríamos de ressaltar que os nomes não serão revelados no trabalho, pois o termo de consentimento livre e esclarecido estabelece esse critério.

A entrevistada Educafro 1 tem 30 anos, possui graduação em Letras por uma faculdade particular de Minas Gerais, é funcionária da sede da Educafro em Belo Horizonte, foi educanda de cursinho popular em sua cidade natal e desde o ingresso na faculdade é educadora em cursinho popular vinculado à rede Educafro-Minas, não possui filiação partidária. A entrevistada Educafro 2 tem 27 anos, graduada em Sociologia por uma universidade federal em Minas Gerais, professora designada da rede estadual de ensino do mesmo estado, atualmente é educadora e membro-fundadora de um núcleo recém-desligado da rede, foi funcionária da sede da Educafro durante dois anos. A entrevistada Educafro 3 tem 26 anos, conheceu o cursinho popular durante a graduação em uma faculdade particular, momento em que se inseriu como educadora-apoiadora, também foi funcionária da sede da rede Educafro, atualmente é educadora de outro núcleo recém-desligado da rede, não possui filiação partidária. O entrevistado 1 MSU tem 29 anos, possui graduação em Letras por uma universidade federal em Minas Gerais e faz mestrado em educação por uma universidade filantrópica em Minas Gerais, foi educando de um cursinho social, se aproximou do MSU em 2003, atualmente é presidente estadual do MSU-Minas, não possui filiação partidária. O entrevistado 2 MSU tem 41 anos, é educando e coordenador de um cursinho popular do MSU-Minas, trabalha como *free-lancer* durante o dia e estuda à noite, faz cursinho popular há três anos, pretende estudar Direito, é filiado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil). O entrevistado 3 MSU tem 38 anos, graduado em História, pós-graduado em políticas públicas, faz mestrado em educação em uma universidade federal em Minas Gerais, é educador-fundador de um núcleo de cursinhos popular vinculado ao MSU desde 2000, integrante do Conselho Nacional do MSU, filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores).

Os primeiros entrevistados (Educafro – 1 e MSU – 1), já caracterizados no parágrafo acima, participaram do grupo focal. Além deles, estiveram presentes Manguiera, que é presidente da Federação Quilombola de Minas Gerais, tem 53 anos e, no quilombo do qual faz parte, já houve uma experiência do MSU vinculado ao EJA. Ainda, tivemos a presença de uma ex-educadora Educafro, que teve uma trajetória no núcleo Nova Pampulha, não revelou a idade, faz mestrado em Geografia em uma universidade federal de Minas Gerais. Os demais foram o moderador do grupo e uma observadora convidada.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

2.1. Movimentos Sociais e sua inserção histórica

Os movimentos sociais no Brasil se constituem como um importante sujeito histórico nas disputas que forjam a realidade do nosso País. As teorias que interpretam esses sujeitos são de diversas naturezas e a nossa escolha se dá no sentido de compreendermos o seu papel sócio-histórico. Mais especificamente, nos situarmos próximos à ação dos movimentos sociais na década de 1990.

Para começar, é fundamental ter claro os limites das conquistas materiais e imateriais que os movimentos e lutas populares são capazes de alcançar na escala global da estrutura social, econômica e política, que opera na interação entre as escalas nacional e internacional, é o principal determinante das condições de vida das classes subalternas na nossa sociedade, e somente mudanças estruturais profundas serão capazes de abrir possibilidades para uma reversão do quadro de desigualdades e de miséria social (VAINER, 2002, p.147).

Consideramos fundamental a compreensão da desigualdade socioeconômica como intrínseca à sociedade capitalista e os limites sócio-históricos impostos à ação dos movimentos com intuito de democratização dos bens e serviços da sociedade brasileira. Contudo, é necessário observar tanto as contribuições dessas ações nos avanços e retrocessos, quanto às conquistas engendradas pelas reivindicações e mobilizações populares. Ou seja, apesar dos limites impostos pelo sistema no qual estamos inseridos, os movimentos sociais são sujeitos que tensionam a disputa por direitos que não possuem um limite dado. Trata-se de um processo que tem influência do ciclo econômico, mas não é determinado.

Os anos de 1980, no Brasil e em toda a América Latina, foram marcados por amplas mobilizações populares, com destaque para a atuação dos movimentos sociais. As pautas de reivindicação variavam na questão fundiária, camponesa, indígena, na questão étnico-racial, em movimentos de bairros, enfim, de diversas naturezas. Isso pode ser explicado pelo seguinte contexto:

O final dos anos 70 e os anos 80 foram períodos que entraram para a história como uma fase de redemocratização. Por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil e política, os Estados Nacionais latino-americanos redirecionaram suas políticas internas (GOHN, 1997, p.226).

O fim dos anos de 1990 e início do século XXI podem ser caracterizados como uma conjuntura de descenso dos movimentos e da organização popular, isto devido à nova ordem mundial definida como globalização, que Santos (2000) denomina globalitarismo. No entanto, é preciso destacar que a ideologia da globalização apresenta a escala do mundo inteiro como única escala importante e, apesar da “[...] insistência da ideologia globalitária, não pode esconder o paradoxo seguinte: no contexto da globalização observa-se também o desenvolvimento de novos movimentos sociais, de resistência e contestação, de várias escalas” (MARTIN, 2002, p.15). Por isso, é necessário reconhecer que “a busca da especificidade dos movimentos sociais nos anos 90 deve considerar variáveis analíticas totalmente distintas das dos movimentos sociais de 70/80” (GOHN, 1997, p.239).

Esse cenário de descenso não pode ser traduzido simplesmente em apatia, mas em um processo de refluxo dos tradicionais movimentos sociais e no nascimento de novas formas de organização político-social. Gohn (1997) nos apresenta uma sinopse dos estudos acerca dos movimentos sociais no mundo para caracterizar os movimentos brasileiros e latino-americanos, a partir de diversas teorias. É necessário compreender as alterações da contemporaneidade, tendo em vista que as mudanças no contexto político-social e os próprios sujeitos sociais alteram sua lógica de manifestação e reivindicação, as parcerias, as ações diretas, ou seja, toda a dinâmica dos movimentos adquire nova forma.

[...] a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiriam, tanto nos antigos quanto nos novos. Relações com a igreja, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos a relação é de outra natureza. As práticas e os repertórios também se alteram (GOHN, 1997, p.228).

Essas relações intra e intermovimentos e organizações, que adquirem nova forma de fazer política, resultam numa diversidade de movimentos em relação às mesmas pautas de reivindicação. Mas é preciso ressaltar que há experiências surgidas no momento de efervescência política que não alteram seu perfil contestatório, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, ou simplesmente MST, que surgiu oficialmente nos anos de 1980, coincidindo com o fim da ditadura militar que durou vinte e um longos anos, com a abertura política bem como o início do processo de redemocratização no país (PEREIRA, 2005, p.3). E até os dias atuais permanecem com práticas políticas radicalizadas (ocupações, passeatas, manifestações públicas). Contudo, de maneira geral:

Ao longo dos anos noventa, o cenário sociopolítico se transformou, tendo como mudança inicial o declínio das manifestações nas ruas – que conferiam visibilidade aos movimentos – e o processo de institucionalização da organização popular através dos inúmeros fóruns. Os fóruns se caracterizam por encontros periódicos para realização de diagnósticos dos problemas sociais, assim como a definição de metas e objetivos. Houve um deslocamento da visibilidade para as organizações não governamentais. As identidades coletivas dos movimentos populares deixaram as contestações de lado, dando ênfase a um nível mais operacional e propositivo (FACEIRA, 2009, p.45).

Ou seja, a forma se altera em dois pontos fundamentais, que são a institucionalização e o refluxo da mobilização e efervescência popular – bastante visível e desolador para parcelas da população. Se antes eram marcantes as passeatas, os protestos públicos e as ocupações, esse instrumento de reivindicação torna-se menos comum. Isso não significa afirmar que essas ferramentas deixaram de ser utilizadas, mas tornaram-se menos generalizadas e massivas.

Nesse sentido, se insere o surgimento dos cursinhos populares, sendo esta uma ação dos movimentos sociais que tem um caráter operacional e propositivo. Ou seja, a exemplo das associações de bairros, se articulavam para reivindicar saneamento básico e demais infraestruturas e agora passam a se reunir e pensar soluções para si. Isso ocorre por um estímulo ao pensamento “neoliberal” de resolver seus problemas locais, usando a máxima “Pensar globalmente e agir localmente” e devido à dificuldade de mobilização do povo.

[...] a emergência na década de 1990 de valores como solidariedade e participação, como contrapontos à emergência de ordens e comandos emanados pela onda neoliberal (BURITY, 2001), criam um substrato

social profícuo para iniciativas baseadas no voluntariado, cujo signo mais emblemático foi a Ação da Cidadania contra a Miséria, a fome e Pela Vida, chamada de campanha da Fome e coordenada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. Os pré-vestibulares, sem dúvida, encontram neste contexto social uma das condições necessárias para sua replicação e difusão por todo o país (SANTOS, 2005, p.190).

Veremos, pois, que a institucionalização dos movimentos e organizações populares se reflete internamente e externamente. Ou seja, a ação volta-se para o poder público na esfera externa e as funções militantes, muitas vezes, transformam-se em cargos, e não mais em trabalho militante. Tal situação gera uma série de avanços do ponto de vista organizativo e burocrático, ao mesmo tempo em que limita as ações políticas dos grupos e movimentos organizados.

Neste trabalho, evidenciamos duas experiências distintas que vivenciam esses PVP com concepções contraditórias de movimento e organização popular, apesar de se articularem em diversos momentos e se considerarem parceiros na causa da democratização do acesso ao ensino superior.

2.2. Educação Popular e os diversos entendimentos

A educação popular já conta com uma história muito rica na qual estão envolvidos numerosos educadores, movimentos sociais e populares e o próprio Estado. Ela está ligada a todo um movimento, de um lado, pela extensão da educação formal para todos e, de outro, pela formação social, política e profissional, sobretudo de jovens e de adultos (GADOTTI, 2001, p.2).

Uma marca fundamental dessa busca (da prática de educação popular) é o anseio de construção do “pré”, enquanto iniciativa de educação popular. O diálogo como esse campo é importante, enquanto elemento constitutivo dos pré-vestibulares, apesar de muitos negarem a dimensão política desses cursos (SANTOS, 2005, p.194).

Educação Popular é um termo polissêmico, utilizado nas mais diversas concepções. Trata-se de um conceito que abrange todo um processo histórico e permeado de mudanças significativas. Talvez não seja possível, mas é interessante notar que essa diversidade envolve desde projetos assistencialistas, que nem de longe pautam um processo de transformação social, até processos de libertação e emancipação social. Por esse motivo é importante termos cautela ao trabalhar com um termo bastante

diverso. “A educação popular se compõe de uma teoria educacional e de múltiplas práticas pedagógicas” (BATISTA, 2005, p.2).

Essa diversidade possui uma razão de ser, e uma explicação pode residir na ideia desse tipo de processo formativo – se é que podemos chamar assim – como uma essência pautada numa concepção de mundo e de conhecimento que se desvincule da lógica hegemônica.

Da disputa de projetos e concepções de sociedade e de educação nasce no Brasil, no final da década de 1950 e início de 1960, uma outra concepção e prática de educação, voltada para as classes populares, que passou a ser chamada por seus protagonistas de Educação Popular. Tecida inicialmente fora dos muros escolares, como movimento de Cultura Popular, nos círculos de cultura, como uma ação cultural, um processo de educação na rua, na “periferia”, nos bairros, na praça, nos Centros de Cultura popular, nas associações de moradores, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), nos movimentos sociais, buscando romper uma cultura do silêncio de opressão. Depois, a partir da década de 1980, ela invadiu a escola pública, em várias experiências, em diversos municípios e escolas, seja como política pública, seja como prática educativa experienciada por professores adeptos dessa concepção de educação (BATISTA, 2005, p.1-2).

Sobre a produção teórica dos educadores populares e do movimento popular Aranha (2002) afirma:

No final da década de 70 e em toda a década de 80 continuam as grandes mudanças da realidade social, no bojo das quais os trabalhadores avançam e aprofundam sua caminhada pedagógica. É nessa trajetória que se encontram exemplos significativos de produção teórica que reafirmam sua capacidade de sujeito dessa produção (ARANHA, 2002, p.103).

Há um intenso processo de difusão de ideias midiáticas, criando um imaginário social a ideia do povo brasileiro, como um povo passivo e que não promove ações contestatórias. Contudo, apesar de em diversos momentos essa imagem ser reforçada, isso se deve à utilização de modelos de resistência popular que não condizem com a dinâmica histórico-política do Brasil, como afirma Valla (1998):

As categorias de “apatia” e “desorganização” atribuídas às classes populares escamoteiam uma realidade oposta. Uma grande parte da população dos bairros periféricos e favelas participam de algum tipo de organização (escola de samba, time de futebol, igreja) que, se de um lado não demonstra um discurso articulado politicamente, de outro

lado, indicam relações coesas e sistemáticas. A própria sobrevivência de grandes parcelas dessas classes deve-se exclusivamente à sua “iniciativa” de viver (VALLA, 1998, p.192).

Essa noção de apatia, de certo modo consensual, possui uma intencionalidade política de manutenção dessa ordem que privilegia uma pequena elite do país e, ao mesmo tempo, oprime as classes populares e, mediante a força, se dissemina tal noção de “apatia natural” que objetiva mascarar um processo histórico que se deu de forma cruel e desumana.

Na realidade, a mediação social mais conhecida nossa é a violência, que marcou e marca nossa identidade. Violência contra os índios, contra os negros, contra os imigrantes, contra os pobres que nunca foram índios, nem tiveram donos, nem pátria mãe. E aí parece que esse imenso território sempre foi um mar de tranqüilidade, pois não só não foi como continua a não sê-lo. Em um país de capitalismo tardio como o nosso, a violência institucionalizada e de legitimidade centralizada nos aparatos do Estado, fez o território nacional que conhecemos pela cor verde ser várias vezes lavado de sangue. [...] Na luta contra o conformismo perante a civilização baseada na lógica da mercadoria, cumpre pensar que o Brasil daquele presente histórico não está longe de nós. A proximidade da sua construção se apresenta não apenas simbolicamente, como querem bradar os pós-modernos de carteirinha e crachá, mas de modo perverso e real no combate aos movimentos sociais que colocam em risco a propriedade privada e a legitimidade social do Estado neoliberal (SOUSA NETO, 2000, p.15).

Este cenário trágico de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais desenha a suposta “apatia do povo brasileiro”, ou ainda transforma a luta por outra sociedade em crime. Conjuntamente, o cenário político atual em que vivemos difunde ideias *pós-modernas*,

A ofensiva pós-moderna funda sua principal argumentação na afirmação de uma sociedade “pós-industrial”, na qual as classes perderam a centralidade explicativa que antes representavam, ao mesmo tempo em que abrem suas baterias críticas contra o marxismo acusando-o de ser uma visão mal superada de hegelianismo representando a classe trabalhadora como sujeito de uma história transcendental [...] (IASI, 2004, p.101-102).

Acerca da realidade na qual as classes haveriam perdido a centralidade e que a forma de luta seria a atuação em programas da dita “inclusão social”, a luta política também se arrefece:

Neste cenário de derrota e defensiva da luta dos trabalhadores, a formação perde o sentido e a educação popular metamorfoseia-se em

programas de “inclusão social”, “desenvolvimento de cidadania”, ou ainda assume a forma de meros atos de propaganda e informação (IASI, 2004, p.102).

Por isso, a importância de situarmos a Educação Popular na conjuntura atual, tendo em vista um longo processo de diferenciação de suas concepções e práticas ao longo da história da sociedade brasileira.

Assim, é preciso propor uma periodização para compreendermos a trajetória desse processo. Poder-se-ia adotar periodizações de diversos autores, contudo, adotou-se a de IASI (2004), por compreender que está vinculada a uma crítica à atual desarticulação de ações políticas efetivas, e esta é uma questão que precisa ser pensada.

Nessa perspectiva, um primeiro período proposto por esse autor se inicia na passagem do século XIX para o século XX, que teria como orientação as práticas anarco-sindicalistas. Pois temos a rica experiência da corrente sindicalista e o desenvolvimento de métodos extremamente criativos que foram responsáveis pelo estabelecimento, de maneira pioneira, de uma cultura operária, emancipatória e libertária. A formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) pode ser lida como o início de uma contra-hegemonia comunista no Brasil com práticas doutrinárias e que foi interrompida com o golpe militar de 1964. Ou seja, é o início de um processo de formação que assumia o papel de socialização da doutrina marxista, como síntese de um pensamento revolucionário capaz de motivar a classe trabalhadora a partir de um partido (IASI, 2004).

A tradição mais recente que emerge nos anos de 1970 e 1980, fundamentada na Teologia da Libertação, dá centralidade à formação como atividade fundamental para o processo revolucionário, “assim como a tradição anterior privilegiava o conteúdo a nova tradição iria insistir na forma, entendida como a maneira de realizar a atividade respeitando as formas de pensamento e o conhecimento popular” (IASI, 2004, p.108). Esse último período apontado vai encontrar limites no próprio contexto político, que impôs novas formas educativas à formação política no Brasil, sendo o atual momento político de descenso das massas e desorganização política da classe trabalhadora.

Diante do histórico traçado é possível identificar na história dos movimentos sociais e populares brasileiros, do campo e da cidade, que a educação popular é utilizada em alguns casos, e com entendimentos diversificados sobre a sua filosofia e instrumentalização.

A educação popular, como concepção geral da educação, passou por diversos **momentos epistemológico-educacionais e organizativos**, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências (GADOTTI, 2001, p.1).

Essa *práxis* é vinculada diretamente às teorias de Paulo Freire, sendo este uma importante referência, e os PVPs continuamente adotam seus termos de debate como filosofia política.

A educação popular promove a cidadania, emancipação humana, uma cultura democrática e solidária e norteia-se pela liberdade, para além da liberdade da ideologia liberal/neoliberal. Ela se apresenta como construção coletiva de resistência, de enfrentamento às imposições das políticas educativas oficiais e como negação da negação ao direito à educação (BATISTA, 2005, p.7).

As mudanças políticas impõem novas necessidades à organização dos movimentos sociais. Alguns reforçam o discurso da inclusão e reafirmam a ordem política hegemônica, tendo em vista que, “com efeito, são várias as nuances verificadas ao longo do país, revelando maior ou menor grau de radicalidade no distanciamento do ideário original dos projetos de educação popular” (RICCI, 2004, p.13).

Uma das pautas de luta dos PVPs se faz a partir de críticas às provas de vestibulares que historicamente legitimam a exclusão e garantem, sob o rótulo do mérito, a garantia de privilégio àqueles que tiveram melhor treinamento para a prova.

3. OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

3.1. Um breve histórico dos PVPs

[...] os PVPs procuram fazer frente ao processo preparatório ao vestibular, revisando os conteúdos pertinentes a um bom desempenho de seus alunos. Porém, junto com essa tarefa que é intrínseca a um pré-vestibular, os cursinhos populares procuram se constituir como espaços de capacitação crítica das classes populares, oferecendo com base no trabalho voluntário e militante de licenciados e estudantes universitários, na maioria das experiências, um espaço de educação crítica (PEREIRA, 2007, p.52).

É importante destacar que não há um histórico sistematizado dessas organizações no Brasil, contudo, diversos estudos fazem um esforço no sentido de compilar informações a respeito desse histórico. Partimos da genealogia destacada por Castro (2005, p.18): “Os cursinhos populares têm sua gênese em pelo menos quatro momentos diferentes da história do Brasil”.

O primeiro momento descrito se situa entre os anos de 1946 e 1964, momento de efervescência política do País, que haveria o registro de experiência de cursinhos populares em universidades (a exemplo da USP – Cursinho da Poli e CAASO Cursinho do Centro Acadêmico Armando Sales). Inclusive, para além do exposto por Castro (2005), encontramos referência a esse momento na obra “A universidade Reformanda” de Cunha (1988), no qual haveria ocorrido o fechamento de um cursinho popular na Universidade do Brasil durante o período da ditadura militar, que seria parte do processo de depuração das universidades, a saber:

[...] A modernização do ensino formulada em bases democráticas, com ampla participação de professores e estudantes, a adoção de metodologias não burocratizadas, desenvolvidas num ambiente de

ampla liberdade e espírito crítico, trazia à tona a permanente e crônica problemática entre a noção mais ampla de ensino e a estrutura social; entre as exigências para uma formação adequada do estudante e o arcaísmo da estrutura universitária. Na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, pelas mesmas razões, foi fechado o curso pré-vestibular mantido pelo Diretório Acadêmico, extintos cursos noturnos e eliminado o critério classificatório nos exames vestibulares. Paradoxalmente, este critério veio a ser obrigatório, mais tarde, como medida complementar à reforma universitária de 1968 (CUNHA, 1988, p.55).

Motivos como o acima exposto fazem findar esse primeiro período que pode ser considerado como um dos marcos de surgimento dos Pré-Vestibulares Populares no Brasil.

O segundo momento foi o período da ditadura militar (1964-85), que inaugura novos sujeitos nesse processo, devido à enorme repressão ao movimento estudantil, e outro se dá ao surgimento de “novos” movimentos sociais, ligados à “esquerda católica”, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que serão fundamentais no desenvolvimento de experiências de PVPs nesse período.

Um terceiro momento seria do final dos anos de 1980 até os dias atuais, e se inicia com o chamado período de redemocratização do Brasil, a partir dos chamados “novíssimos movimentos sociais”¹⁰, caracterizados pela existência de PVPs em universidades públicas, pela iniciativa de estudantes e por organizações representativas desses.

O quarto e último momento seria uma síntese dos momentos anteriores, ou seja, a partir dessas experiências reassumem-se o método de educação popular da CEBS que, para Castro (2005), seriam os cursinhos populares de fato, tendo em vista que o primeiro e terceiro momento é entendido pelo autor como cursinhos alternativos. Assim,

[...] é a partir desse encontro que podemos falar em Cursinhos Populares, até porque, anteriormente, eles estavam localizados majoritariamente no interior dos *campi* universitários ou em administrações municipais de caráter progressista (CASTRO, 2005, p.20).

No nosso entendimento, não é necessário fazer-se distinção entre a terminologia Cursinhos Alternativos e Cursinhos Populares; esse debate será feito mais adiante.

“Os Cursinhos Pré-Vestibulares surgem no Brasil em meados dos anos de 1940, em um momento marcado por pressões sobre as Universidades diante da escassez de

¹⁰ Denominação adotada por Castro (2005), que não utilizamos no presente trabalho.

vagas para satisfazer à demanda existente para o ensino superior público” (CASTRO, 2005, p.23). Esses pré-vestibulares populares se multiplicam a partir da década de 1990, mas, como relatado pela citação acima, algumas experiências são anteriores a esse período.

[...] embora os Cursinhos Populares seja um fenômeno recente, eles têm suas raízes em ações e projetos que datam de pelo menos meio século. Ao longo desse período, o acúmulo de experiências na tentativa de superar as dificuldades impostas pelo sistema de vestibular esteve entre as principais motivações dos Cursinhos Populares (CASTRO, 2005, p.54).

O Movimento Negro possui grande destaque no histórico de construção dos PVPs: A história dos cursos pré-vestibulares populares, alternativos e comunitários está intimamente ligada à organização e às reivindicações dos movimentos negro e estudantil. Esses cursinhos de corte racial têm sido um dos principais instrumentos de difusão da agenda do movimento negro brasileiro, disseminando o ideário anti-racista, com ênfase na crítica ao mito da democracia racial (SANTOS,2005; ANDRADE, 2002).

O Movimento Negro é um importante sujeito na história e atuação dos pré-vestibulares populares no Brasil. Sua influência é bastante nítida e se materializa nas reivindicações das ações afirmativas, atualmente pauta do movimento de PVPs em todo o Brasil.

Ao apresentar algumas soluções, busco encontrar um certo equilíbrio entre a "tentação estatista" e a "tentação liberal". Na primeira, o poder público deve e pode gerenciar substancialmente as relações raciais em um sentido menos discriminatório; na segunda, somente a mão invisível do mercado, seus mecanismos e suas leis sejam quais forem, devem e podem regular o sistema de relações raciais. Desta perspectiva, o crescimento da economia seria, em si, determinante para melhorar a renda e o *status* dos negros na sociedade brasileira. (SANSONE, 1998, p.1).

A luta por ações afirmativas vem como enfrentamento ao modelo neoliberal imposto ao País nos últimos anos. Trata-se de um modelo político-econômico que baseia o crescimento econômico como determinante para a melhoria de vida da população negra do País e de uma análise não endossada pelos PVPs em sua luta por ações afirmativas, considerando como importante o papel do Estado na busca pela erradicação da discriminação racial.

3.2. Os Pré-Vestibulares Populares, Cursinhos Populares, Pré-vestibulares comunitários, Cursinho Alternativos, como queiram denominar...

O incentivo à formação político-cultural está presente em muitos cursinhos populares, e é uma das características que os diferem dos cursinhos comerciais (CAROS AMIGOS, 2009, p.31)

[...] outro ponto importante para a caracterização do que seja um cursinho popular é saber o que diferencia (se diferencia) um cursinho “popular” de um “comunitário”, ou ainda, o que é um cursinho “alternativo”[...] (PEREIRA, 2007, p.62)

Em 2005, havia-se estimado um universo em torno de 2.000 cursinhos pré-vestibulares populares operando no Brasil¹¹, universo este que no período de cinco anos pode ter tido significativo crescimento, pois, até os dias de hoje, além do crescimento, diversas políticas têm alterado o campo de ação desses pré-vestibulares (ProUni, ENEM, Fies...).

Mais importante do que quantificar tais experiências é interpretá-las no contexto da sociedade brasileira atual, reconhecendo a sua função e seus desdobramentos no acesso ao ensino superior.

É relevante destacar que boa parte da produção acerca dos cursinhos populares tem sido produzida por membros integrantes desse movimento, o que torna a perspectiva de análise bastante interna a tais experiências – como é o caso da obra de Carvalho, Filho e Costa (2005), que se trata de uma conferência que reúne diversas experiências de sujeitos envolvidos em cursinhos populares.

A distinção a qual nos referimos na segunda epígrafe desse item do debate tem referência numa discussão que diferencia essas diferentes categorias dentre as experiências de pré-vestibulares não-comerciais. A existência de uma variedade de nomenclaturas (Cursinhos, pré-vestibulares ou pré-universitários; Alternativos, Comunitários ou Populares) reflete, muitas vezes, diferentes concepções e, em certa medida, aponta diferentes formas de intervenção na sociedade.

Os CPVCs são considerados um movimento social bem mais amplo e profundo do que o universo dos prováveis dois milhares de cursinhos pré-vestibulares, hoje operando em comunidades pobres, igrejas,

¹¹ Ver Carvalho; Filho e Costa(2005, p.12).

ONGs e em espaços de escolas públicas e privadas (CARVALHO; FILHO; COSTA, 2005, p.13).

Há questionamentos acerca da ação desses cursinhos como meros paliativos, ou seja, atividades assistencialistas que não se inserem em propostas de transformação social.

Embora a política dos CPVCs como solução emergencial e compensatória pareça a muitos criticável, é provável projetar uma sobrevivência dos CPVCs por mais uma década, até que se efetive no Brasil uma reforma de qualidade da educação básica, que articule tanto as esferas públicas estaduais, municipais e federal, quanto as da sociedade civil, caracterizando assim os CPVCs como uma política eventualmente dispensável no futuro (CARVALHO; FILHO; COSTA, 2005, p.13).

À respeito da função-motor, do objetivo central ao qual os PVPs se colocam, há um horizonte de transformação social? A ação desses núcleos, as atividades cotidianas e bandeiras de luta colocam em xeque o modelo social vigente? Uma polêmica relevante se refere à questão das políticas de ação afirmativa. Defendida pela maioria dos PVPs, principalmente aqueles de recorte étnico, originários do movimento negro:

As políticas de ação afirmativa podem, e de fato se desenvolveram, num horizonte que não coloca em questão o modelo de sociedade em que vivemos. Podem favorecer uma busca de ascensão social puramente individual, mas não colaboram com os processos de transformação estrutural da sociedade (CANDAUI, 2005, p.54).

Por outro lado, “o discurso da ascensão pessoal não pode prevalecer sobre o da construção social de condições e meios dignos para todos” (ALVIM FILHO, 2005, p.75). Esse é um debate que exige uma problematização profunda, pois não se trata apenas de desvios de objetivos dos PVPs, mas da própria natureza da luta proposta pelos cursinhos.

Consideramos que a experiência encontra-se em processo de constituição de um movimento social, já que as ações pontuais de preparação para o vestibular têm se articulado para a conquista de políticas públicas e de reivindicações mais amplas.

Os pré-vestibulares populares (PVPs) fazem parte de uma mobilização coletiva que vem sendo desenvolvida nos últimos anos pela democratização do ensino no país. Não se trata, portanto, de iniciativas isoladas, senão que reflete a preocupação nacional com a problemática do acesso à universidade pública e com o aumento da demanda da população pelo ensino superior impulsionada pela

expansão do ensino básico, pela urbanização e pelas transformações do mercado de trabalho (ZAGO, 2008, p.151).

A definição apresentada por Zago (2008) é bastante elucidativa do caráter coletivo dos PVPs. Nesse sentido, também compartilhamos do entendimento de Silva Filho (2004):

Consideramos esses cursos pré-vestibulares populares como um movimento social, como um espaço de aprendizado político, de estabelecimento de identidade e de construção de solidariedade, visando transformar a sociedade, seja pela ampliação das oportunidades de educação, seja pela mudança de consciências e posturas para uma cidadania ativa (SILVA FILHO, 2004, p.116).

Essa pesquisa se deu no sentido de compreender as ações que têm sido construídas dentro dos dois objetos analisados comparativamente (MSU e EDUCAFRO), tendo em vista a consolidação desse movimento. Ou seja, desejamos analisar os cursinhos como parte desse processo de transformação da sociedade e não apenas como cursos preparatórios para o vestibular; tendo em vista as limitações desse processo e endossando a análise de Silva Filho (2004, p.124) “[...] como toda experiência social e educacional, os cursos pré-vestibulares populares encerram contradições”. Pois a preparação para o vestibular, mesmo que orientada para outras bases com uma orientação de classe, apresenta-se como uma clara necessidade individual, extremamente justa e legítima, mas ainda assim individual.

Ou seja, de maneira geral, é possível notar que a reivindicação do acesso ao ensino superior é uma bandeira que se esgota em si, já que universalizar o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade é uma reivindicação que pode ser transposta para um processo de reforma da atual estrutura educacional excludente, pois somente para além do capital¹² seria possível imaginar a implementação de tal proposta. Apesar disso, os PVPs têm aderido o acesso, independente em quais condições, como vitórias.

Tendo em vista essa noção, buscamos compreender como as relações com esses debates se dão dentro dos PVPs analisados (MSU e Educafro), e nas articulações externas estabelecidas por esse sujeito, para assim identificarmos a filosofia política desses grupos e seu horizonte de atuação.

¹² Ver Mészáros (2008).

3.3. Histórico e princípios da Educafro

A Educafro está entre as mais bem sucedidas experiência de Cursinhos Populares no Brasil. Atualmente prepara para o vestibular cerca de 5000 (cinco mil) estudantes negros que, sem o curso, teriam dificuldades financeiras para continuar os estudos. A entidade conta com 184 núcleos, presentes em toda a periferia da cidade de São Paulo e em algumas cidades do interior, e mantém intenso diálogo com diversos setores de atuação, como Direitos Humanos, Moradia, Reforma Agrária, entre outros. Os núcleos são formados a partir do momento em que atores sociais têm o propósito de transformar a luta que a Educafro encampa numa luta de toda a comunidade (CASTRO, 2005, p.55).

A Educafro tem como referência do seu surgimento Frei David Raimundo dos Santos, fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Trata-se de uma experiência anterior à Educafro, advinda da dissidência desse primeiro movimento, hoje existente somente no Rio de Janeiro. Ou seja, é na baixada fluminense que no final dos anos de 1980 se materializa a constatação da ausência do negro em cargos de prestígio no mercado de trabalho, na representação política e nos espaços públicos como, por exemplo, as universidades públicas.

O primeiro núcleo da Educafro se constituiu em São João do Meriti – RJ, no ano de 1993. Atualmente já possui alcance em cinco unidades brasileiras: São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais e Brasília. No Estado de Minas Gerais existem oito núcleos ¹³.

A Educafro é considerada por alguns dos seus membros como um movimento social. Porém, há outros que defendem a ideia de ONG (Organização Não Governamental), devido ao grau de institucionalização, principalmente da sede do movimento que se organiza em uma rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários, atendendo a jovens e adultos oriundos de escolas públicas – prioritariamente negros(as).

Tendo em vista que a institucionalização se dá no âmbito de sua sede, os núcleos possuem uma dinâmica autônoma de movimento social, podendo, nessa dimensão, ser considerado como movimento.

¹³ Conforme informações retiradas do trabalho de Rezende (2007), “Em Minas Gerais, há atualmente oito núcleos da Educafro, em Passos, Poços de Caldas, Montes Claros, Itaúna, São João Del Rei, Campo Belo e Belo Horizonte, onde há dois núcleos, um localizado no Bairro São José (regional noroeste da capital) e outro no bairro Suzana (na região da Pampulha)” (p.46) e publicação da Educafro-Minas “Práticas de Cultura e Cidadania” s/ano.

O objetivo geral da Educafro é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para a população empobrecida e afro-brasileira (CARTILHA Educafro-Minas, s/ ano).

Inicialmente a Educafro, bem como o PVNC, surgem com forte influência de uma tendência da igreja católica, ligada ao grupo GRENI (Grupo de religiosas, seminaristas e padres negros) “[...] que marca um posicionamento da Igreja frente à exclusão social e racial. [...] A Educafro foi criada devido a algumas discordâncias entre as lideranças do PVNC no tocante aos objetivos do pré-vestibular e ao apoio da Igreja Católica” (REZENDE, 2007, p.44).

O apoio dado pela igreja católica no Estado de Minas Gerais se dá por intermédio da Associação Franciscana, que financia o funcionamento da sede da organização.

Observa-se que as origens do PVNC e, por conseguinte, da Educafro, estão diretamente ligadas ao Movimento Negro e à questão racial. A Educafro, segundo análises do trabalho de Rezende (2007) é uma dissidência do PVNC, que se dá pela racialização do discurso, ou seja, uma prioridade dada à “questão racial” em contraposição à “questão de classe”.

A sede nacional da Educafro se localiza em São Paulo, possui referência nos demais núcleos e, apesar destes possuírem uma determinada autonomia, há uma relação bastante “frouxa” entre a sede nacional e a sede de Minas Gerais, chegando a ser conhecido pelos membros da sede mineira por conflitos e dissidências de São Paulo. Esta autonomia relativa é bastante aumentada, no momento em que ocorre uma espécie de descentralização da organização em 2005, na qual a coordenação dos núcleos de Belo Horizonte passa para Frei Laércio (frade franciscano).

Essa entidade [...] consegue bolsas de estudo para alunos negros e carentes. É uma política da Educafro unir sempre negros e carentes. As suas atuações são mais incisivas nas universidades católicas, nas PUCs; mas a Educafro, [...], tem conseguido bolsas em instituições ligadas a outras denominações religiosas, como a Metodista de São Bernardo (CARVALHO, 2001, p.15).

Essa política de acesso às universidades particulares com o fornecimento de bolsas se constitui em uma ação para além da preparação do vestibular – no caso acima, citado em São Paulo. Essa política de oferecimento de bolsas em universidades

particulares é incipiente em Belo Horizonte, inicialmente por não haver interesse, mas, posteriormente, mediante solicitação de educandos, foi aprovada a iniciativa da sede de buscar tais parcerias, porém o resultado dessas iniciativas não foi atingido.

Atualmente, há uma parceria com a Anhangüera, conquistada por intermédio da sede de São Paulo. Ou seja, a dinâmica da organização interestadual possui uma grande diferenciação, tanto de concepção como de influência política.

Observa-se que a proposta da Educafro extrapola o âmbito educacional programático e atinge outras dimensões, entre elas, a busca da construção da identidade étnico-racial dos educandos.

[...] é importante destacar que, desde a sua criação na década de 1980, a Educafro tem impulsionado, articulado e auxiliado na implementação de Ações Afirmativas em universidades públicas brasileiras. Paralelamente, vem desenvolvendo procedimentos metodológicos a fim de melhorar a qualidade de ensino para os alunos do Ensino Médio nos Cursos Pré-vestibulares por eles criados. Com este seu trabalho, considerado por diversos estudiosos como solidário e voluntário, a entidade tem congregado, preferencialmente no Estado de São Paulo, 184 núcleos de pré-vestibulares comunitários para afro-descendentes e estudantes carentes (VALERIANO, 2006, p.29).

Assim, buscamos conhecer como se dá essa dinâmica em Belo Horizonte, tendo em vista que, nesta regional, as lideranças da Educafro não se vinculam diretamente ao movimento negro.

Em São Paulo, a Educafro encontrou terreno fértil na tradição dos movimentos sociais ligados à Igreja e no movimento negro paulistano. A partir de 1994, a entidade foi acolhida pelos frades franciscanos que, na fala de Frei David, coordenador geral da Educafro, “foi um gesto político de solidariedade e opção pelos excluídos do sistema público de ensino” (CASTRO, 2005, p.55).

Diferentemente da Educafro-São Paulo, a Educafro-Minas não possui uma longa trajetória de envolvimento com o movimento negro. Essa trajetória vem sendo tecida nos últimos anos e enfrenta resistência de parte do movimento negro, principalmente na capital mineira. Como evidenciado pela Entrevistada Educafro – 2, as portas para relação com o movimento negro foram abertas apenas no ano de 2008:

[...] e com o movimento negro... porque não é por causa da Educafro aqui, por causa do Frei David, a figura, a história e trajetória dele, então tinha uma resistência aqui em BH, que foi a MARIA que conseguiu abrir as portas... que era importantíssimo, mais do que

tentar articular com a esquerda, esquerda quando eu digo é o movimento de classe, que tá mais preocupado com essa discussão do que o movimento mais com base na cultura... tô sendo bem assim... pra tentar esquematizar mesmo, por que assim não que no movimento negro não haja discussão de classe, porque há, mas é... porque é diferente a forma como eles se organizam e se pensam, tal... então foi ela que abriu...as portas assim (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Para exemplificar a desarticulação com o movimento negro, a entrevistada relata um momento de construção de uma marcha na capital mineira como momento de aproximação do movimento negro:

Então foi 2007 que a gente começou a articular mais, eu e a outra funcionária lá na sede a gente tinha essa preocupação, tanto que a gente faz parte da Marcha do dia 20 de novembro, várias reuniões foram feitas na sede, então foi o primeiro momento, foi ali que a gente conheceu MARIA [...] A gente tinha aberto a sede para as reuniões serem feitas, chega um momento que a gente pensou a programação tudo certo, aí uma pessoa do movimento chegou “ah vocês que vão fazer? Mas vocês não vão conseguir fazer”, mas qual que foi o pensamento dessa pessoa, a Educafro que tá puxando isso... Então, tipo assim, a Educafro não pode puxar isso, mas a Educafro sempre com essa ideia de Frei David, então com essa ideia de quem é Educafro [...] (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

O relato acima evidencia as dificuldades na relação com o movimento negro na cidade de Belo Horizonte e a problemática da personificação da Educafro na figura do Frei David. Embora, haja diferenças na relação Educafro-Minas e Educafro-São Paulo, outras organizações não conseguem visualizar tais divergências, pois se trata de uma falta de unidade interna na Educafro.

Então sempre tinha essa coisa quem é a Educafro, claro que as pessoas sempre pensam na Igreja, mas acaba que quem tá atuando, não é, são os leigos vamos pensar assim, não são os religiosos, e aí, desarticulou... e a pessoa tinha todo *known how* pra fazer isso porque era uma pessoa antiga, e essa programação que a gente pensou que tinha feito várias reuniões pra pensar, ela aconteceu no outro ano em 2008, entendeu? Por essa pessoa... Ela desarticulou e ainda usou a ideia pro outro ano, entende... Por que como não foi ela que pensou... Então tem umas vaidades aqui que eu acho que é muito difícil, que desarticula muito as coisas, então isso só pode acontecer se meu nome tiver lá... Então a gente da Educafro, pelo menos aqui, a gente tinha muito esse movimento, igual na caminhada, não a gente tá querendo participar porque a gente acredita que é importante a Educafro estar junto também dessa discussão religiosa, da intolerância religiosa, mas não precisa colocar nosso nome na camisa... sabe? Era uma postura muito individualizada também de duas pessoas que estavam na linha de frente, mas que era importante, a gente não tava ali por nome... É

uma maneira meio até romântica... Romântica que eu to dizendo assim, porque talvez era uma postura de quem estava ali na linha de frente né?... Entende? Não enquanto a instituição, entende? (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Enfim, trata-se de uma reflexão que demonstra algumas características do funcionamento da sede da Educafro em Minas, o que notamos é a distância do movimento negro, associada a uma representatividade de funcionárias da sede que não são lideranças eleitas pelo coletivo, mas que em diversos momentos respondem por esse – essa crítica é feita pela entrevistada. Nesse sentido, é possível notar que, apesar de consciente de tal situação, a função do funcionário da sede, que seria operacional, carrega consigo decisões políticas bastante relevantes para a organização. Contudo, existem parcerias:

[...] aqui em Minas são vários Cursinhos Pré-vestibulares comunitários e mais algumas parcerias que temos buscado firmar. Temos parcerias com o Monabantu, estamos buscando outras parcerias, com universidades, e com outras instituições. Existem parcerias com a Pastoral do Negro também, temos parcerias com algumas entidades: UNEGRO, então a gente sempre busca essas parcerias (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

Sobre como funciona essas parcerias e quem são essas organizações:

A UNEGRO é uma entidade voltada para as questões da negritude, a sede dela é na Bahia, mas ela existe em Brasília, Rio, Minas, SP, sempre tem um pontinho preto da UNEGRO espalhado por aí afora... e a parceria nossa com a UNEGRO é mais promover discussões mesmo, quando eles tem alguma ação voltada para o povo negro, eles entram em contato conosco, a gente sempre tenta fazer alguma coisa juntos, nós atualmente tivemos em março deste ano a em Brasília uma audiência pública sobre as cotas, onde foram ouvidos os prós e contras sobre as cotas, e nos estivemos lá em parceria com a UNEGRO. Já o MONABANTU que discute as religiões de matriz africana, a gente tenta é, mostrar para as pessoas que tem tanto medo, que tem tanto receio, alguns têm até aversão sobre essa questão das religiões de matriz africana, que é a umbanda, o candomblé, algumas pessoas tem esse receio. Então a gente tenta mostrar para as pessoas o que são essas religiões, que é uma entidade séria, são pessoas sérias, pessoas responsáveis. E também fazendo cursos juntos, tem esse curso de saúde que foi oferecido para eles. A gente fez essa parceria, cedeu o espaço, o nosso espaço, todas as sextas-feiras têm esses cursos aqui, a gente participa, e é muito bom, muito interessante, a gente tem aprendido muito com eles, a questão da unidade a caminhada religiosa contra a intolerância religiosa e pela paz também, nós fizemos junto, eles puxaram e a gente tava lá apoiando, foi muito bonito, um momento muito importante para o povo brasileiro, o povo miscigenado de cultura, religião de costumes, é um povo miscigenado,

e isso é importante, é importante mostrar para as pessoas isso (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

Foi necessário analisar a organicidade da Educafro para compreender a articulação das ações inter-regionais e para alcançarmos o entendimento intra e interorganizacional; que será discutido mais adiante nas análises das entrevistas.

3.4. Histórico e princípios do MSU

O Movimento dos Sem-Universidade (MSU¹⁴) surgiu por meio da organização de núcleos de pré-vestibulares populares localizados principalmente nas periferias das grandes cidades, ou seja, forja-se como um movimento urbano da periferia. Em São Paulo, havia uma movimentação de estudantes para a criação desses PVPs, desde 1992, sendo o primeiro deles (o cursinho do DCE – Diretório Central dos Estudantes) consolidado na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em 1995. “O MSU trouxe para o cenário da luta pela democratização do acesso à universidade pública, novos atores sociais, que não aceitam a agenda histórica para educação proposta pela hegemonia do Estado brasileiro” (CASTRO, 2005, p.87).

A história do MSU se inicia no Estado de São Paulo, a partir do ano 2000, ano em que ocorreu uma cerimônia na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) com a participação de Dom Pedro Casaldáliga. Em seu depoimento, ele fez um chamado para a democratização da universidade e denominou os sujeitos excluídos desse direito de “sem universidades”, o que inspirou o nascimento do movimento com esse nome¹⁵.

O MSU tem o objetivo de lutar pela democratização do acesso das classes populares, jovens e adultos, negros e índio, à Universidade brasileira, com garantia do direito na permanência nos estudos (através do acesso a livros e materiais didáticos, alimentação de baixo custo, moradia estudantil gratuita, transporte gratuito, etc.), a gratuidade e qualidade do ensino, para construirmos um projeto popular de justiça e igualdade social e econômica no Brasil e no Mundo (FOLDER MSU-Minas, S/ data).

As ações realizadas pelo MSU são de naturezas diversas. Dentre as várias reivindicações e participações, destacamos “[...] o seu processo de luta pela

¹⁴ Informações obtidas do site oficial do movimento: Disponível em: <<http://www.msu.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

¹⁵ Informações obtidas na cartilha do MSU-Minas, sem data.

transformação do Complexo Penitenciário do Carandiru em universidade e a demanda por uma universidade municipal” (FACEIRA, 2009, p.86).

Até o ano de 2001, a territorialidade do movimento se limita ao Estado de São Paulo, ano em que na ocasião do Fórum Social Brasileiro, sediado em Belo Horizonte – MG, decide-se por nacionalizar o movimento:

[...] houve um Fórum Social Brasileiro sediado aqui em BH, que o pessoal de SP veio pra cá e nós descobrimos o MSU, numa oficina sobre cursinhos pré-vestibulares que eles colocaram na programação, nós nos interessamos e nos inscrevemos como Fórum, uma pessoa de Viçosa também participou. E esse momento possibilitou que a gente amadurecesse a ideia de juntar com o movimento de SP, tentar criar um movimento nacional, que até então o MSU era um movimento de SP, e com o apoio de BH, como era um encontro brasileiro, nós aproveitamos pra lançar o MSU como um movimento nacional, e a partir daí que a gente deixou de se chamar ‘Fórum Mineiro de Pré-vestibulares’, pra se chamar ‘Movimento do Sem-universidade’ – (MSU), foi então que começamos a criar algumas estratégias de luta nacional [...] (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

Os princípios expostos pelo MSU são: Autogestão e Voluntariado; Cidadania e Educação Popular; e Ação de Luta e Políticas Públicas. As ações afirmativas, diferentemente da Educafro, não se constituem como princípio do MSU, apesar disso, se posiciona a favor dessas ações:

O MSU é favorável às políticas de ações afirmativas. A negra, a índia, o negro, o índio, o pobre e a escola pública não merecem viver divorciados das casas universitárias brasileiras, afinal é o imposto do povo que sustenta estas universidades. O MSU também entende que o eixo central da política de ação afirmativa deve ser a Escola Pública, para que a política de ação afirmativa dialogue com uma política universalista de reforço e zelo pela qualidade da escola pública (CUSTÓDIO, 2004, p.3).

Na mesma entrevista, Custódio (2004) – um dos coordenadores nacionais do MSU – debate a questão da institucionalização dos cursinhos populares (por prefeituras, governos estaduais, federais e universidades) e evidencia o recuo na luta, dizendo que “este marco é distinto do cursinho popular encarado enquanto ponto de uma rede social de luta, resistência e busca de transformação da universidade” (*op. cit.*, 2004, p.107).

Na história do MSU há diversas passagens de mobilizações e lutas diretas. Um exemplo ocorrido na cidade de São Paulo foi quando, juntamente com o Fórum de cursinhos populares de São Paulo, o movimento conquistou o direito de uma

porcentagem de alunos em isenção da taxa nos vestibulares das universidades estaduais paulistas: a USP, a UNESP e a Unicamp.

O MSU e o Fórum de cursinhos populares de São Paulo reuniram-se diversas vezes com as reitorias dessas universidades com a coordenação da Fuvest, e tiveram a mediação da OAB – Seção São Paulo para conseguir um acordo. Além disso, entraram na justiça para garantir um prazo maior de inscrição dos candidatos.

Em Minas ocorreu uma ação no mesmo sentido, envolvendo o Fórum de Cursinhos Populares de Minas na UFMG. Devido à recusa constante na isenção da inscrição no vestibular, sem justificativa plausível, ocorreu uma ação anterior à existência do MSU em Minas, mas que foi fundamental para interlocução dos cursinhos populares de BH e da região metropolitana, como relatada na entrevista:

Na verdade, o desencadeador do Fórum foi no ano de 2001, que a UFMG tinha deixado de isentar a taxa do vestibular de boa parte dos nossos alunos, e tinham alunos que realmente necessitavam dessa isenção, e a gente não tinha uma resposta por que, e a UFMG também não dava uma justificativa, nós tentamos fazer algumas intermediações, tentamos a Pró-reitoria, audiência, e a gente não conseguia uma resposta concreta, nós decidimos então, colocar isso como bandeira de luta, pela isenção da taxa do vestibular, essa bandeira, os cursinhos eram todos isolados completamente uns dos outros, muitos apoiados por setores religiosos, como aconteceu conosco, acontece com a Educafro, e a gente não conseguia uma interlocução [...] (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

O entrevistado relata como foi que ocorreu a articulação a partir da situação concreta da isenção e a formação de um grupo de PVPs em BH:

A luta pela isenção foi nossa primeira interlocução, que gerou, precisávamos de um momento pra denunciar isso, foi no Grito dos Excluídos, no dia 07 de setembro de 2001, é que nós colocamos a faixa, a bandeira de luta na rua, e a partir desse movimento, foi aí que começamos a ser procurados por algumas emissoras de rádio e até de TV, jornais, e aí a gente começou a questionar... Tudo isso forçou, aí através de uma interlocução com a Assembléia Legislativa, o deputado André Quintão convocou pra gente, juntamente com a deputada Maria Teresa, de Betim... Convocaram uma audiência pública, onde estiveram presentes a UFMG, para responder a questão da isenção das taxas, e a UEMG, também... (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

Evidencia-se que o Fórum Mineiro de Pré-Vestibulares Populares ganha corpo e passa a existir efetivamente a partir do enfrentamento concreto a respeito da isenção da taxa de inscrição no vestibular; luta essa que havia ocorrido em outros estados, como

em São Paulo. Nesse sentido, nota-se a existência de uma articulação das ações dos PVPs nacional:

A partir daí nós conseguimos com que a UFMG atribuísse maior transparência à questão da isenção da taxa do vestibular, a partir de então, no ano seguinte mudou completamente de figura, no lugar da gente ter que fazer uma luta, mobilizar a imprensa pra chamar atenção da universidade, começou a acontecer o contrário, eles começaram a chamar a gente, antes de lançar o edital, pra explicar pra gente como seria o processo, pedindo a gente apoio pra ajudar a divulgar, e aí começaram a lançar uma cartilha com instruções passo a passo, que era uma coisa que não tinha, a gente tinha que ficar adivinhando muita coisa, precisava dar assessoria aos alunos para preencher, também descobrimos que alguns alunos não conseguiam isenção porque não conseguia responder o questionário que a UFMG aplicava, então assim, foi uma, um diálogo, porque a gente teve a chance de entender algumas negações, e a gente pôde ajudar a própria universidade a dar mais transparência ao processo dela, aí a partir desse momento, o grupo começou [...] (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

A interlocução ocorre e dessa relação frutifica o nascimento do MSU em BH, proporcionando a passagem de um movimento paulista para uma maior abrangência nacional:

[...] o grupo que eu digo, a união dos grupos começou a se tornar algo efetivo, e foi aí que na época, tinha: João Pinto pelo Palmares, eu representando o GREAMAR e o Gildásio Alves que era do Gespalp, uma rede de cursinhos de Betim e Contagem, e aí nós montamos o Fórum, e esse Fórum começava a se reunir, e a gente sempre, fizemos um encontro em Contagem, todos foram pra lá, um encontro aqui em BH, e foi justamente quando eu fui à Viçosa, pra falar do Fórum, mas aí houve um Fórum Social Brasileiro sediado aqui em BH, que o pessoal de SP veio pra cá e nós descobrimos o MSU, numa oficina sobre cursinhos pré-vestibulares que eles colocaram na programação, nós nos interessamos e nos inscrevemos como Fórum. E esse momento possibilitou que a gente amadurecesse a ideia de juntar com o movimento de SP, tentar criar um movimento nacional, que até então o MSU era um movimento de SP, e aí com o apoio de BH, como era um encontro brasileiro, **nós aproveitamos pra lançar o MSU como um movimento nacional, e aí a partir daí que a gente deixou de se chamar Fórum Mineiro de Pré-vestibulares, pra se chamar movimento sem-universidade** (MSU - 3, depoimento à autora, 2010, grifo nosso).

A programação de atividades do MSU abrange todo o ano e o caráter dessas atividades varia de participação em lutas diretas e negociações que envolvam o acesso à educação no Brasil. A exemplo da disputa por políticas públicas, nota-se uma conquista relativa ao ProUni:

No bojo da implementação de políticas públicas está sendo desenvolvido um programa de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de Ensino Superior com ou sem fins lucrativos – o Programa Universidade para Todos (ProUni). Ele é destinado a estudantes de baixa renda que tenham participado do ENEM e com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos (www.mec.gov.br/prouni). Para o exercício de 2005, 116 mil vagas foram abertas. Trata-se de uma conquista da comunidade, representada pelo Movimento dos Sem-Universidade (MSU), e de uma resposta do Governo com uma medida compensatória de ação afirmativa (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004, p.8).

Ou seja, constitui-se num processo que envolve uma atuação em diversas dimensões, tanto no nível institucional, como os exemplos acima destacados, quanto na luta direta (em passeatas, ocupações e grandes mobilizações).

Muito embora tenha como tônica a defesa da expansão do ensino superior público, o Movimento dos Sem-Universidade apoia a política do Prouni e a de cotas. O Prouni “é uma ideia e conquista do MSU”, afirmam seus dirigentes.

[...] A condição de classe média de seus integrantes, aliada à influência católica e, portanto, humanista, ajudam a compreender os limites deste movimento social. Teoricamente, o MSU defende uma perspectiva culturalista, típica da abordagem pós-moderna sobre os novos movimentos sociais (TRÓPIA, 2007, p.16).

Tal afirmação bastante contundente de Trópia (2007), na nossa avaliação, precisa ser cuidadosamente analisada, pois não é possível taxar um movimento de maneira pouco explicativa acerca da sua dinâmica. A autora atribui a origem dos integrantes do movimento (classe média) a uma ação culturalista pós-moderna.

Embora tenhamos constatado origens semelhantes dos sujeitos envolvidos nesse movimento, não nos detivemos nessa análise, por não ser parte do nosso objetivo. Por outro lado, a discussão da postura do movimento frente à sociedade se mostra importante para entendermos com maior clareza quais são seus objetivos e suas ações para alcançá-los, possibilitando uma análise aprofundada do MSU.

Em Belo Horizonte, especificamente, existem hoje cinco unidades de PVPs ligadas ao Movimento dos Sem-Universidade – MSU. Com características diversas e origens distintas, buscamos compreendê-las inseridas no movimento de cursinhos populares mais amplo.

4. EDUCAFRO E MSU NUMA LEITURA COMPARADA

A partir das entrevistas realizadas e, ainda, da análise de documentos das organizações em debate, os dados produzidos foram organizados em eixos de semelhanças e tensões no funcionamento dos pré-vestibulares populares/comunitários analisados neste trabalho:

Territorializada nas periferias de Belo Horizonte, Vitória (ES), Rio de Janeiro e Grande São Paulo, onde articula centenas de núcleos, a Educafro tem como ponto central a discussão da questão racial no acesso ao ensino superior. Atualmente é produtora de uma escala que chega ao Palácio do Planalto e Legislativo Federal, sendo uma das representações que têm disputado espaço e influenciado no processo da atual reforma universitária, principalmente no tocante às cotas raciais. Atuando no mesmo cenário, está o Movimento dos Sem-Universidade (MSU). Organizado em 10 unidades da Federação (Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Tocantins), essa organização vem despontando, na atualidade, como grande alternativa de representação dos Cursinhos Populares (CASTRO, 2005, p.104).

Utilizamos um primeiro eixo relativo às semelhanças ou convergências detectadas entre as experiências em análise; um segundo relativo às tensões ou diferenças percebidas nesse processo e, por fim, às possibilidades vislumbradas diante do panorama de convergências e tensões.

4.1. Semelhanças/ Convergências entre os núcleos do MSU e da Educafro

Os mais diversos locais são usados para a “sala de aula” do cursinho popular: salão paroquial, associação de moradores, escolas públicas ou privadas e, até mesmo, um espaço em alguma residência. Assim há um claro componente de ativismo nessas tentativas de preparação ao

vestibular, sendo isso importante para a mobilização das pessoas, uma vez que o espaço de um PVP é uma **reunião de sonhos** e necessidades que congrega pessoas com **trajetórias similares** e que, de alguma forma, não se acomodam diante da estrutura social que as oprime (PEREIRA, 2007, p.58, grifo nosso).

As trajetórias dos envolvidos nos PVPs analisados podem ser consideradas similares, à medida que correspondem ao estudo durante a educação básica em escola pública. Apesar da entrevistada Educafro - 2 ter estudado em uma escola filantrópica durante o ensino médio, todos os entrevistados têm essa similaridade no processo de formação, a exemplo do relato abaixo:

Eu tenho 30 anos, eu nasci aqui em Belo Horizonte, mas fui morar numa cidade bem no interior de minas, eu morei lá por volta de 26 anos, depois eu vim pra cá. Lá eu estudei num núcleo (da rede Educafro), dei aula lá, fiz faculdade, agora estou atuando aqui em Belo Horizonte (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

Eu estudava na Escola Estadual Professor Moraes, eu estudava de manhã e comecei um cursinho que na época era social, uma ligação com movimento social que é o PRÉ-UFMG, que era ainda ligado ao DCE da UFMG na época, isso em 98 (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

As trajetórias e o despertar da consciência dos entrevistados serão debatidos mais adiante, assim como os grifos no trecho acima.

Além de possuir esse traço em comum, os entrevistados Educafro-1 e MSU-1 possuíram vínculo com um cursinho social antes de ingressarem no ensino superior, o entrevistado (MSU – 2) frequenta um cursinho popular do MSU, e ainda luta pelo acesso ao ensino superior. É um sujeito sem-universidade que, mediante o envolvimento como educando do cursinho, passou a coordenar o núcleo:

Tenho 41 anos. Faço cursinho... Bom, aqui no MSU tem três anos, mas eu fiz um seis meses no antigo Palomar... Num é um cursinho popular não, só que eu arrumei a metade de uma bolsa, mesmo assim eu não consegui concluir porque não era um cursinho popular e meia bolsa pra mim também não dava pra arcar... eu parei...voltei...parei...aí eu to aqui tem uns três anos, mesmo assim eu parei um ano [...] (MSU - 2, depoimento à autora, 2010).

Essa é uma realidade enfrentada por diversos educandos/trabalhadores que iniciam os estudos, mas não conseguem concluir – mais adiante será tratada a evasão como característica desses núcleos.

As diversas dificuldades enfrentadas nas trajetórias escolares, como evidenciado nos depoimentos citados, muitas vezes influenciam no engajamento em PVPs, pois a partir da experiência vivenciada, busca-se contribuir com pessoas que vivem os mesmos problemas. No ensino superior, as entrevistadas Educafro (1 e 2) fizeram curso superior em universidade privada – a primeira com auxílio de uma bolsa vinculada à Educafro. Já os entrevistados MSU (1 e 2) e Educafro - 2 cursaram o ensino superior em universidades públicas.

[...] o trabalho voluntário, é fundamental na estruturação dos pré-vestibulares populares, na medida em que o pré-requisito para alguém ingressar no curso é – além do domínio dos conteúdos de cada matéria, no caso dos professores – o próprio desejo de ingressar no movimento (SANTOS, 2005, p.193).

Observa-se que o **trabalho voluntário**, ou seja, não remunerado, dos sujeitos envolvidos nos PVPs está presente em todos os núcleos de cursinhos, tanto da Educafro, quanto do MSU. A compreensão desse voluntariado parece semelhante: doa-se o tempo livre apenas recebendo condições de deslocamento para tanto. O recurso provém de taxas pagas pelos educandos.

[...] nós educadores somos todos voluntários e voluntárias, e pela lei do voluntariado é um direito que o voluntário tenha a passagem, é um direito nosso nem é uma ajuda de custo, todo educador recebe o transporte de ida e volta, e de onde vem esse dinheiro? Da mensalidade que os alunos pagam, em maioria pagam R\$20/R\$25, esse dinheiro a gente tira e coloca no transporte, quando dá [...] (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

[...] voluntarismo é o seguinte: você doa o seu tempo, você não pode colocar dinheiro porque senão já não é voluntarismo, seu tempo que tem que ser cedido [...] (MSU - 2, depoimento à autora, 2010).

Então quer dizer, um grupo que existe até hoje, ele funciona na base de voluntários, os alunos arrecadam entre eles uma quantia mínima, mais é pra ajudar com material, ou com ajuda de transporte pra algum professor que mora mais longe...É voluntário, mas não tem que pagar pra trabalhar... Aí, mas esse é o diferencial dos cursinhos populares, dos cursinhos comerciais e até mesmo, dos que se dizem populares, mas que cobram mensalidade... (MSU - 2, depoimento à autora, 2010).

Muitas vezes não há recurso financeiro suficiente para garantir o transporte, apesar de este ser um direito do educador voluntário. O recurso do transporte dos professores advém do pagamento da taxa desses educandos, já que nenhum dos núcleos

possui recurso. À medida que ocorre a evasão há uma defasagem nesses valores. Acerca dessa questão seguem alguns depoimentos:

[...] pensei: não vou ter nem dinheiro pra pagar a passagem dos professores, por isso fiz uma segunda chamada, você vê a sala tá cheia, mas começa assim... e por incrível que pareça é assim...começa lotado, mas nesse mundo capitalista é assim, vai chegando, o patrão vira e fala assim “vai ter que fazer hora extra tá chegando o natal”, o pessoal trabalha no centro, porque aqui é uma área totalmente comercial de Belo Horizonte, lojas, tal, esse negócio, a pessoa já falta um dia, depois tem que faltar uma semana, a pessoa vai e desiste... (MSU - 2, depoimento à autora, 2010).

Tal depoimento, feito em agosto de 2010, diz respeito à segunda chamada feita para recompor o grupo desfeito no primeiro semestre de 2010. Somente por ser o começo de “um semestre letivo” a sala estaria cheia. E, por fim, algumas das razões que ocasionam evasão no final de ano: uma experiência específica do núcleo centro do MSU, tendo em vista o trabalho de parte dos educandos com o comércio.

[...] porque às vezes não dá... Quando acontece **evasão**, se eu tivesse uma garantia de que sempre eu vou ter 120 alunos, e que sempre vou poder multiplicar 120 vezes 20 de cada mensalidade, ok, mas eu tinha 25, passou um mês e meio eu tenho 15, depois eu tenho 10, daí diminui... Então o educador tem que saber que ele vai lidar com esse tipo de problema, lá no cursinho, por exemplo, a gente vem debatendo com os educadores sobre essa dificuldade, muitas e muitas vezes, eu conto nos dedos quando não foi, que eu fui com a minha própria passagem... Às vezes muito apertada, às vezes dava pra tirar do meu cartão, do meu dinheiro, mas às vezes não, mas eu to lá muito porque eu quero e acredito, então dá para superar isso [...] (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010, grifo nosso).

Observa-se, portanto, que há outros fatores que extrapolam a gestão do recurso para o deslocamento dos educadores para ministrar as aulas nos cursinhos. Há a questão da compreensão da proposta do trabalho voluntário nesse contexto, ou seja, esse debate se insere na filosofia política do cursinho.

Como evidencia Freire (2003 *apud* RICCI, 2004), é necessário que o educador se compreenda como um sujeito responsável para além do cumprimento mecânico de seus vínculos “profissionais”:

Nós podemos facilmente ver como a educação, implicando decisão política, nunca pode ser um ato de voluntarismo. [...] O educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um

mero facilitador. [...] O que o educador deve fazer quando ensina é possibilitar os alunos a se tornarem eles mesmos. E ao fazer isso, ele ou ela vive a experiência de relacionar democraticamente como autoridade com a liberdade dos alunos (FREIRE, 2003 *apud* RICCI, 2004, p 4).

Nesse sentido, o educador, sendo voluntário, não pode praticar o voluntarismo (prática descompromissada que visa tranquilizar sua consciência). O seu papel político é fundamental. Esse relacionamento que envolve liberdade e autoridade deve ser permeado de responsabilidade e compromisso político no caso de projetos como os PVPs.

Por isso, tal situação torna-se também uma problemática para os PVPs, tanto do ponto de vista organizacional, como do ponto de vista político, como evidencia Santos (2005):

A dificuldade da maioria das iniciativas para arregimentar professores voluntários faz com que se trabalhe com todos aqueles que se apresentam como interessados, ou seja, na maioria dos cursos não há conjunto de critérios para aglutinação de novos militantes/colaboradores. Isto contribui para que (ao mesmo tempo em que é possibilitado pela) agregação de indivíduos que nem sempre concordam com os marcos ideológicos principais do movimento inicial (ou deles partilham), quais sejam, a discussão racial e as injustiças no mundo da educação. Os “prés” são replicados e difundidos, portanto, a partir da agregação de indivíduos que conformam, diante de suas diferenças e divergências, pactos ideológicos frouxos – e, diga-se de passagem, muitas vezes de fácil ruptura – vide alta rotatividade de professores, que caracteriza a maioria desses cursos (SANTOS, 2005, p.193).

A constatação da existência desses “pactos ideológicos frouxos” tem sido utilizada como uma reflexão interna para firmar pactos menos susceptíveis a rupturas. Ou seja, os PVPs têm pensado formas de vinculação política dos educadores aos cursinhos, contudo, com limitantes estruturais, que é a necessidade de educadores de diversas áreas do conhecimento. Acerca dessa questão o relato da dificuldade de encontrar educadores de algumas áreas do conhecimento não foi um limitante para o funcionamento do cursinho e ainda teve resultados interessantes no vestibular:

[...] lá no Jaqueline (bairro de BH), ano passado a gente não conseguiu todos os educadores, porque a mobilização do MSU, mobiliza, convida educadores voluntários, com algum custeio, a colaboração voluntária dos estudantes, passagem, algum outro material além, enfim, e não tivemos todas as matérias, todos os conteúdos, e muita gente passou, além do W. (liderança do bairro), mais duas ou três

peessoas, enfim, nesse núcleo, que eu to dizendo de um núcleo... Mas então às vezes da pedagogia ser muito motivadora também, que é freireana, aquela coisa do exemplo pedagógico, a gente vê educadores contribuindo com uma luta por um direito dos estudantes, os educandos e tal [...] (MSU – 1, depoimento à autora, 2010).

Outra problemática advinda da falta de compreensão dos educadores da proposta dos cursinhos é a evasão:

[...] mas tem a **evasão** também pelos professores serem voluntários, nem todo educador entender o que é o voluntariado, achar que cheguei aqui, dei minha aula e pronto... E quem não tiver eu to fechando porta, se quiser assistir aula bem, se não quiser amém, e aí a pessoa também não se adaptar a isso... Ou então o cara não levar a sério o voluntariado, e no dia que ele quiser, e não avisar e não ter esse compromisso. Então eu acho que o cursinho ele tem, quem tá no cursinho como educador, como educando, ele tem que ter um elo, não dá pra pessoa achar que eu dou aula, vou ali e pronto. (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010, grifo nosso).

O processo de evasão acima citado é recorrente e temos uma gama de relatos, primeiro explicitamos a análise de Santos (2005) sobre a universalidade do fenômeno. Em seguida, vêm-se relatos de membros do PVP:

[...] evasão de alunos – é um problema crucial nos cursos. Às vezes, no final do ano, os cursos têm mais professores do que alunos! Este fenômeno, com picos normalmente em maio (quando diversos cursos realizam seus primeiros exames simulados e agosto/setembro (época de inscrição nos vestibulares), está relacionado à fragilidade do acesso à universidade enquanto projeto de vida para indivíduos de grupos sociais desfavorecidos, entre os quais o ingresso na universidade é exceção, e não regra. Diante das adversidades e da tensão, por força dos outros projetos (o ingresso no mercado de trabalho, com vistas a contribuir para a renda familiar é o predominante), e da pressão social negativa, baseada na ideologia do fracasso escolar (atribuído à incapacidade do aluno e as suas condições adversas, e que são alçados ao status de barreiras intransponíveis), a desistência e a evasão são realidades massivas em quase todos os cursos pré-vestibulares populares (SANTOS, 2005, p.199).

[...] fiz a conta ontem tem uns 45, se eu conseguir terminar com uns 20 no final do ano, nós vamos achar muito bom, porque já teve ano da gente terminar com cinco ou seis, mas é tudo um ajuste, o negócio é nós não temos muito suporte, porque eu trabalho em um lugar, outro militante trabalha em outro, é um outro que tá trabalhando em outro local, aí eu ligo quando? Domingo, domingo tem isso tem aquilo.... tem outro movimento social que tá acontecendo isso...se tivesse mais gente pra aglutinar mais, pra dar mais força, dava pra ser, era pra ser um movimento imenso...educação é um negócio que todo mundo quer, todo mundo aprova, era pra ser um movimento imenso[...] (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

É argumentado que necessita de mais pessoas para a organização. A evasão é ligada à falta de estrutura organizacional, à sobrecarga de trabalhos dos militantes, à necessidade de aproximar mais pessoas, pois é uma causa tão bem aceita pela sociedade. Já o trecho a seguir expõe mais motivos (necessidade dos educandos de se envolver na organização, de pensar criticamente, local de risco) que ocasionariam a evasão, além do professor voluntário, que não compreende a proposta:

Na Educafro, por exemplo, o aluno chega e não encontra tudo pronto, mas nós não estamos em uma sociedade, a gente tá acostumado a chegar e encontrar: cadeira, quadro e professor, aí às vezes o aluno chega e tem que correr atrás de professor, de quadro e até de cadeira... como já foi num núcleo no meu bairro, então tem desde do motivo da não identificação, tem o motivo do questionamento, o aluno não quer questionar só quer estudar e entrar na universidade e pronto... E tem desde a questão dos problemas mesmo, já tive educando mesmo que acabou evadindo, por quê? Às vezes a gente tá dentro de um bairro que tá tendo troca de tiro, e aí, mas só que o cursinho se ele quer atingir essa camada, não dá pra eu colocar um cursinho só no centro ou só na ponta do bairro, eu tenho que ir onde está o público, e o público está na periferia... E as próprias pessoas que moram no entorno dessa periferia vão temer, então já tive evasão por isso [...] (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

Além disso, a entrevistada Educafro – 3 apresenta a necessidade de se pensar a evasão e as razões do seu acontecimento exemplificando que algumas vezes se vincula à **heterogeneidade dos educandos**¹⁶.

Eu acho ainda que a evasão ela é normal, acontece mesmo, mas uma forma dela não acontecer, é que essas pessoas que fazem parte do cursinho, ser os educandos; os educadores, os apoiadores eles precisam fortalecer essa organização, fortalecer esse funcionamento do cursinho, pensar porque que está evadindo, o que a gente pode fazer pra melhorar? É a didática, é a dinâmica da aula, o que é preciso mudar? E muito da evasão que ocorre que eu já vi, é quando na sala se misturam pessoas que acabaram de sair do ensino médio, pessoas que ficaram dez anos sem estudar, e pessoas mais velhas ainda, com 60 anos... Então às vezes a pessoa não se encontra (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

¹⁶ Esse é um dos dilemas pedagógicos apontados por Santos (2005): “[...] heterogeneidade dos alunos - é a tônica da composição do quadro discente dos pré-vestibulares populares. Heterogeneidade etária, de trajetórias escolares, de papéis sociais, de disponibilidade para o envolvimento com o curso, de visão política, etc. Os ‘prés’ reúnem alunos que vêm de escolas públicas, cuja qualidade tanto pode ser boa como questionável, mas as condições sociais são predominantemente ruins. Mais do que isso, os pré-vestibulares populares têm como marca a busca da não-exclusão, e com isso abraçam essa luta alunos que há anos (e muitas vezes, décadas) não têm qualquer contato com estudo” (SANTOS, 2005, p.198).

Explica ainda que essa dificuldade não reside na discrepância de conhecimentos entre as idades, mas sim na diferença de ritmo de aprendizagem e compreensão dos objetivos como educando, da seriedade com a qual encara o processo do cursinho. Na verdade, os mais velhos sentem que não têm mais tempo a perder, enquanto os jovens ainda não sabem muito bem porque estão ali, e alguns deles acabam tendo um ritmo menos compromissado.

Ainda na entrevistada Educafro – 2, notamos que, além da referência da heterogeneidade existente entre educadores e educandos, há uma reflexão necessária e os educandos compartilham de realidades sociais semelhantes e do mesmo objetivo de acesso ao ensino superior. Já os educadores compartilham desses objetivos, tendo em vista a dificuldade de acesso ao ensino superior. Há uma década, essa dificuldade era ainda maior, possivelmente quando os educadores tiveram acesso, por isso pode haver uma dissonância, pois o movimento/PVP é uma composição de todos (educadores, educandos, coordenadores e apoiadores), e ainda permeada por relações de laços ideológicos frouxos. Como ressalta Santos (2005), há uma rede complexa permeada por objetivos diversos que dificulta a confluência de objetivos e fragilizam o movimento.

[...] pro mais velho acho que às vezes é mais difícil, não é porque ele sabe menos que o outro, é porque cada um está numa dinâmica e num ritmo ali, então tem um menino, que ainda é menino mesmo tá indo ali pra brincar, tem aquele que não tá perdendo tempo, porque julga que já perdeu quinze anos atrás, e vai naquela correria ali... E se o educador não tiver preparado pra dar aula para aquele público ali, vai acontecer evasão... e aí preparado que eu falo, não é só de conhecimento, é preparado pra...cutucar no aluno sobre essa dificuldade dele, porque às vezes a mãe de família vai ter vergonha de perguntar, e se ele não tiver uma relação mais horizontal, se o educador vier com uma relação mestre – aluno, é muito difícil, é muito complexo, e isso o cursinho não pode deixar acontecer, porque na universidade já vai acontecer, já é difícil porque lá na universidade a gente vai se deparar com isso, a universidade tá lá pra dizer praticamente que aqui há mestres e aqui há não mestres, aqui há iluminados e aí há sem luz, então eu acho que a gente não pode reproduzir isso, já que a gente está lutando contra esse formato da universidade [...] (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

A exclusão vivenciada pelo educando mais velho é cruel, pois a sua opção de retorno aos estudos é um enfrentamento da própria família. Muitas vezes o debate do grupo organizador dos cursinhos, em nome da “diversidade”, ignora a problemática dessa convivência, que tende a excluir aquele que passa por maiores desafios.

Sobre a evasão, observa-se que não se trata de um fenômeno que deslegitima a ação promovida, é preciso considerar o tempo de envolvimento do educando naquele ambiente do PVP; se foi importante para a construção de um novo sujeito histórico. Ou seja, a saída do educando não representa o rompimento do objetivo de acessar e, ainda, possibilitar a democratização do acesso, porque muitos “evadidos” retornam para os projetos, ou mesmo se aproximam de ações semelhantes.

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como **fruto do acúmulo de experiências engendradas**. A cidadania coletiva é construidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade política cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 2005, p.16-17, grifo nosso).

É preciso estar atento para que o cotidiano neste ambiente de estudo e debate sirva como parte dessas “experiências engendradas” e contribua na construção da cidadania coletiva. Pois, muitas vezes, o PVP é apenas um primeiro contato de formação política que, articulado com futuros envolvimento, resultam em uma nova concepção de sociedade e de cidadania.

[...] educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. As variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania (BATISTA, 2005, p.11).

Há, portanto, a necessidade de uma **concepção política associada à prática pedagógica dos educadores** de cursinhos populares/comunitários.

Sobre a **formação de consciência** nesse processo de formação para os conteúdos de vestibular e autorreconhecimento do direito ao acesso à educação, tem-se:

Essa possibilidade da pedagogia do cursinho formar consciência e militantes... bem, ela é uma pedagogia que tem seus limites, igual disse se você fosse uma jornalista e me perguntasse “ah e qual o número de aprovações de 2009 pra 2010?”, eu não falaria um número muito grande, mas que **são pessoas valorosas**, é...lideranças, igual a

gente teve uma liderança do bairro Jaqueline que conseguiu fazer direito agora, graduação em direito lá no Instituto Metodista Izabela Hendrix, e é uma liderança que coordenou nosso núcleo do MSU, e a gente acompanhou um pouco, estamos acompanhando a vida dele lá e a gente tentou as condições de permanência, uma bolsa, seja do ProUni ou outros financiamentos internos dentro do Izabela Hendrix, então isso é um exemplo assim... e ele continua ligado ao movimento...construindo o MSU no bairro Jaqueline, e então isso é um exemplo porque a pessoa continua como coordenador ali do núcleo no bairro do MSU, ou mesmo atua como educador do MSU, depois de um ano, dois anos na faculdade, a pessoa que passar e conquistar o direito à universidade pode atuar como educador, então isso minimamente acontece... não vou dizer que é massivo, que é porque tem muitas realidades, as pessoas tem família, sei lá...é arreio, de família, tem gente que sustenta a família muda de cidade, então às vezes, a conscientização através de um cursinho popular num tem esse controle todo, mesmo não vai, mas aí com outros processos de formação coletiva... (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

A noção de vivência do processo de formação de consciência na análise de representante do movimento (MSU) evidencia a não existência de um processo massivo que atinja a maioria dos educandos de cursinhos populares. Apesar de compreender que quando há a formação de consciência de classe e o ingresso no ensino superior desses educandos, há um ganho coletivo e não somente individual, no momento em que lideranças de movimentos sociais têm acesso a esse direito historicamente negado.

Nesse cursinho eles problematizavam muito o papel da universidade, os professores, convidaram a gente para participar de um ato de Abraço à UFMG, que tava tendo greve dos professores na época, e os estudantes estavam apoiando, os funcionários. Nesse levar a gente lá nesse ato público, ficou muito essa importância de uma universidade vinculada a um projeto de sociedade, de construção de conhecimento, ciência e tecnologia, que fosse voltada para realidade brasileira, e então eu penso o ensino superior nessa perspectiva, ficou a semente ali, naquele processo de 98, nesse cursinho que era vinculado ao DCE da UFMG na época, não é mais, virou um cursinho super comercial, em Belo Horizonte, com toda a mídia, propaganda, e tal, tomou outro rumo, “Pequenos Cursinhos, Grandes negócios” (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Temos, no trecho acima, um relato da própria formação em um envolvimento em uma manifestação a partir de um cursinho que na época possuía um cunho social. As modificações nas concepções políticas dos educandos são consideradas uma realidade, apesar de, reconhecidamente, “essa possibilidade da pedagogia do cursinho formar consciência e militantes bem, ela é uma pedagogia que tem seus limites [...]” (ENTREVISTADO MSU 1, p.11).

[...] elas saem sim, elas saem modificadas, assim como a gente que tava ali na ponta, tentando trabalhar, então é a disciplina de prática de cultura e cidadania, é um momento mais forte que a gente pode conseguir perceber isso, desde a primeira aula que você vê que o aluno tem uma resistência, às vezes porque ele tá na correria e acha que o vestibular só cobra aquelas disciplinas, as disciplinas comuns ao vestibular, desde essa resistência, até a resistência que a gente sabe que é difícil pra eles discutir as questões raciais e sociais, mas dos educandos que já passaram pela Educafro, acho que modificou sim, eles mesmos colocam isso muito claro nos encontros, eles mesmo, tem um educando que eu sempre gosto de lembrar dele, que ele diz que começou a entender o que era Educafro, ou melhor começou a se entender, a se identificar como negro a partir de um momento que a gente realizava que era a semana de consciência negra, então acho isso muito interessante, muito importante (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

Dá-se um destaque para as aulas de cultura e cidadania e para as transformações relativas ao autorreconhecimento como negro; essa valorização de positivar a origem étnico-racial e socioeconômica.

[...] claro que não é o grupão todo, porque o grupão todo entra no início... e chega no meio do ano já saiu...é as pessoas que ficam, e as pessoas que ficam e não entram na universidade e ficam no outro ano...por exemplo tem uma menina lá no Águia que tá desde, tem uns três anos que ela tá no cursinho, então isso que eu to te falando, já tem dois anos... mas você vê uma diferença da pessoa, entende? Por exemplo, ele é negro, aí depois ele foi pro teatro... eram pessoas que gente, você consegue ver uma diferença muito grande, é como se tivesse desabrochado a flor...eu acho isso um ganho, mas são pessoas, no sentido da autoestima, entende? São pessoas negras que não se valorizavam, se a gente for pensar, mas a pessoa não entrou ainda, mas é importante você ver... igual ele tá trabalhando, é técnico, ela fez um curso técnico, não entrou na universidade, mas também não ficou parada... (ENTREVISTADA Educafro 2, p.19).

O destaque da entrevistada se dá em qualificar aqueles que têm potencial e uma sensibilidade para a causa – que não é a maioria do grupo, mas de algumas pessoas – que, apesar de numericamente não ser significativo, qualitativamente no processo de transformação, na formação de consciência se destacam com foco no autorreconhecimento e aumento da autoestima.

[...] então vai criando outras realidades e muito no sentido de reivindicar direitos e então nisso a gente formou muita gente... não vou te dizer assim que a gente por ser movimento popular e às vezes não tem muita condição estrutural, ou mesmo humana assim prá manter isso tudo...é...planilhas assim... coisas da administração...sei lá...essas coisas assim, que às vezes quem tá fora do movimento às

vezes quer ver isso e é a concepção aí hegemônica de organização, é possível a pedagogia do cursinho popular, não só do MSU que compartilha ideologicamente com vários outros cursinhos populares, da educação popular, freireana, libertadora, enfim...dessa pedagogia chegar nesse nível de formação de militância e ao mesmo tempo de formação de profissionais, novas pessoas, melhores homens e mulheres, que reconheçam e lutam por uma outra realidade, por um outro mundo possível, acho que é isso... (ENTREVISTADO MSU 1, p.12).

A noção de formação para a transformação social e para a organização política aparece de maneira bem evidente, embora associada à formação de profissionais, vemos surgir uma ideia de formação política aliada à prática transformadora, ponderando as dificuldades de sistematizar essa ação, devido à “falta de organização” do movimento popular.

[...] a tendência nossa é assim, às vezes falta um professor eu vou lá falo, coloco alguma questão em voga, mostro pra eles... tem que voltar e falar: pessoal o MSU é isso, isso e isso, nós vamos discutir... Igual vai ter o Grito dos Excluídos, nós vamos levar eles lá... vamos fazer o convite, igual a passeata... teve o negócio da “Praia da Estação” que eles queriam fechar a praça aqui, foi um ou dois, às vezes vai um ou dois.. [...] Conversar com o pessoal mais ou menos nesse estilo, saber que ele vai ter que correr atrás, que nada vai cair do céu não, se ele não correr atrás, não fizer greve, o governo não dá nada... o governo é, você faz pressão, ele fala que tá te dando, mas ali já tem muita coisa correndo atrás até virar uma lei, virar um plebiscito, uma coisa, o governo não fala assim... toma isso aqui...o pessoal já tá brigando por aquilo ali, diz que brasileiro pega tudo de mão beijada, mas é a mentira mais deslavada que tem [...] (MSU - 2, depoimento à autora, 2010).

É explicitada, primeiramente, a forma como ocorrem as conversas que podem gerar processos de compreensão da proposta política do MSU e, posteriormente, exemplos de ações (Grito dos Excluídos e “Praia da Estação”¹⁷) e também traz a ideia

¹⁷ Ato público em Belo Horizonte em defesa do caráter público da Praça da Estação, em Belo Horizonte. “A PBH não quer que sejam realizados eventos de grande porte na Praça que foi projetada para tal uso. No áudio da reunião do dia 22 de julho de 2010, Lacerda afirma que durante o ano de 2009 foram 56 eventos religiosos na Praça e estes fazem barulho e perturbam o Museu de Artes e Ofícios. Segundo o Prefeito não dá para ir ao museu com música na Praça. Mas se o museu foi construído depois da Praça, se é um acervo particular em prédio público, porque tem prioridade sobre o espaço público? Em BH o público vira privado de acordo com o financiado. E ao final desta história há uma coisa brilhante. Se a PBH entender que o evento é de interesse público, ela paga tudo, cercamento, segurança, limpeza e etc... Mas quem decide o que é ou não de interesse público é o Prefeito, que se julga senhor absoluto dessas cercanias. Aproveitamos para lhe garantir Prefeito: iremos acompanhar cada um de seus deslizes e até este decreto ser mudado com o fim do cercamento e da exigência de segurança particular em espaço público, e a garantia de manutenção e limpeza da Praça pela PBH, trataremos de divulgar as suas ações para mais belorizontinos. Assim feito, temos certeza que não conseguirá reeleger sucessores. Veja bem,

de que poucos de fato se engajam. E por uma causa, muitas vezes, que extrapola o próprio MSU: o mito de que os brasileiros não conquistam seus direitos com a própria organização e luta, e sim recebem esses direitos como concessão.

[...] o papel da Educafro é discutir e promover essa discussão e clarear muitos assuntos que as pessoas muitas vezes não entendem. E não buscam conhecer e entender, e através da Educafro, as pessoas, elas podem olhar, porque a gente tá sempre pondo em discussão, vai ter um audiência pública, a Educafro vai tá lá. Vai ter uma votação sobre estatuto da igualdade racial, a Educafro vai tá lá. Sempre vai ter alguém de Brasília, de São Paulo, Rio de Minas. Sempre, um de nós estaremos lá, pra mostrar que estamos lutando também por aquela causa, que aquela causa é do negro, sabe é do pobre é daquela pessoa que está lutando para sobreviver e não consegue. Muitas vezes tem os direitos podados, tolhidos. A Educafro mostra que essas pessoas são capazes, que elas têm força. Só precisam descobrir aonde está essa força (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

[...] então eu acho que é o mais complexo nos cursinhos populares, é essa ideia de participação política. Apesar que tem o lado positivo, a gente brincava que é o molecular assim, aquela política mesmo micro, que é que acontece dentro da sala de aula, que tinha uma disciplina [...] (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

[...] contribuiu muito na Educafro... Porque eu lembro que eu falava muito isso, gente é mais do que entrar, é também buscar enegrecer o saber... indigenizar o saber... porque se a gente ficar só nessa discussão da entrada, ou então da permanência... claro que são discussões fundamentais, mas para além delas tem que tá a discussão do saber... porque senão vai continuar, igual a gente sabe por exemplo que essa discussão de cotas tem muito investimento da fundação Ford, então pra quê isso? Então é mercado consumidor? Então os negros precisam sair dessa condição da pobreza e tal, e conseguir a mobilidade social pra serem potenciais consumidores de produtos, e tal? Acho que não é isso... a gente não pode cair nisso, mas é uma discussão que eu acho que os cursinhos também tem o papel de fazer, do saber [...] (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Observamos que, apesar de ambos os grupos estudados (MSU e Educafro) identificarem em seus objetivos a necessidade de formação para além dos conteúdos do vestibular, e nos processos que desenvolvem limites de alcance e efetividade, esse *para além* se materializa de forma distinta, no caso da Educafro. A partir dos dois primeiros depoimentos temos um reforço do autorreconhecimento negro, compreensão do

o senhor reduziu a verba da Secretaria de parques e jardins em 2009 e agora, em 2010 uma árvore caiu sobre uma senhora no Parque Municipal, fato inédito na cidade e que demonstra o seu descaso com o lazer e bem estar do cidadão” (Disponível em: < <http://pracalivrebh.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 11 fev. 2011).

indivíduo como sujeito negro historicamente oprimido. No caso do MSU, aparece o estímulo à questão da reivindicação de direitos de cidadãos.

Apesar de haver um diálogo entre esses processos, são métodos de emancipação que relacionam de maneira diversa o indivíduo e a sociedade. No primeiro caso há a descoberta do indivíduo em si, e a aposta que isso gera um engajamento coletivo. No segundo caso, temos um incentivo para o envolvimento coletivo/reivindicatório, e esse seria o processo de formação de consciência, na clássica concepção de Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo meio”. Observamos que, no segundo caso, foi feita referência ao estímulo dos educandos à participação em atos e manifestações coletivas. Consideramos que essa questão é simultaneamente uma convergência e uma tensão entre as partes analisadas.

Acerca da concepção do vestibular como filtro de ingresso no ensino superior:

É... meritocrático, não tinha nem que existir, acho que começa aí... Mas claro que a gente sabe que é aos poucos... Então, por exemplo, é importante lutar por cotas? Porque é primeiro essas pessoas, **primeiro essas pessoas das camadas populares, pobres, negros e índios, vão ter que ser professores pra chegar lá... pra talvez reverter toda a situação...** então a gente já lutar pelo fim do vestibular, a gente sabe que é mais difícil... Então é estratégico, era assim que eu entendia, assim, por mais que concorde plenamente que tem que ser o fim do vestibular. Porque o que tá medindo na verdade? (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Compreendemos que tal análise do processo, de primeiro ingressar no ensino superior para posteriormente transformar internamente a universidade, converge com a ideia de um processo indivíduo-sociedade para as mudanças sociais.

A associação Franciscana considera, ela nos vê enquanto uma ONG, mas particularmente, nós somos mais um movimento social. Social e Racial, porque as lutas elas são muito maiores do que uma simples organização não governamental. Porque a gente tem buscado outras lutas, a luta pela mulher, pelo sem teto, pelo sem terra, não só essa visão enquanto ONG, aquela coisa fechada. Porque enquanto movimento social a gente vai poder abranger muito mais, tem várias áreas que nós podemos atuar, como por exemplo tem uma educanda nossa que ela mora num assentamento sem terra, então o pessoal tá sempre lá, tá sempre buscando conhecer, tentando entender, discutir algumas ações. Então isso aí já voltado pro social, não só pra questão do negro, pro social e pro político, é interessante assim que esse ano como teve greve dos professores, vários educandos e educadores se voltaram, se envolveram nessa questão da greve. Então eles estiveram bem inseridos na questão da política, e por uma causa muito nobre,

que é a questão da educação... educação pública no País que tá sucateada mesmo, essa realmente foi uma coisa muito bonita de se ver, porque aí os educadores, os educandos se envolvendo com essa questão eles acabaram se envolvendo de uma certa forma. Então todo mundo acabou se envolvendo nessa construção política (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

Por isso, observou-se que a dimensão socioeducativa é necessária para além da instrumentalização para uso dos conhecimentos escolares e da construção da consciência crítica é a dimensão da autocompreensão como sujeitos do movimento de PVPs. Nesse sentido, o esforço militante extrapola o compromisso voluntário. Acerca dessa dialogicidade dos processos, Costa (2005) afirma que:

Encarar o Movimento de Pré-vestibulares Comunitários para além de sua dimensão política é, portanto, entender que há uma espécie de movimento circular na constituição de sua identidade, pois esta possui também uma dimensão pedagógica. Porém, a dimensão política de forma alguma pode ser esquecida. É na interação dessas duas dimensões que será possível aos CPVCs construir metodologias de trabalho e caminhos mais apropriados a seus objetivos e a seus alunos (COSTA, 2005, p.96).

Esse debate possui diversos desdobramentos e interpretações. Uma delas, que foi recorrente nas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos do MSU e da Educafro, foi a questão da institucionalização dos PVPs como forma de sustentabilidade financeira. Esse debate foi recorrente também por uma especificidade do momento vivido pela Educafro, pois, devido a um processo de seleção de funcionário para a sede mineira dessa organização, houve uma discordância com o processo e a consequente desvinculação de dois núcleos de Minas. Sobre esse quesito, compreendemos que há discordâncias, portanto iniciamos, assim, o próximo eixo de análise.

SEMELHANÇAS/ ENCONTROS	MSU	Educafro	Ideia-síntese
Trajetórias Similares	Advindos de escola pública, 1 passou por PVP antes do ingresso, 1 ainda não ingressou.	Advindos de escola pública, 1 passou por PVP antes de ingressar no ensino superior.	Há um engajamento na causa vinculada à trajetória escolar.

Trabalho Voluntário	Doação de tempo de trabalho, sem pagar pra trabalhar.	Doação do tempo, com direito a transporte.	O voluntariado é compreendido de maneira semelhante, mas os sujeitos compreendem as dificuldades e alguns momentos pagam pelo próprio transporte.
Evasão	Recorrente, também gerado por problemas organizacionais. Além das questões sociais mesmo (necessidade de trabalhar e dificuldade de conciliar).	Recorrente, gerado por diversas questões: incompreensão da proposta, falta de vontade de se engajar no movimento e falta de cuidado pedagógico ao trabalhar com educandos heterogêneos.	Problemas de ordem inter e intraorganizacional, ou seja, desde questões internas cotidianas geram evasão, como problemas advindos da realidade social na qual os PVPs se inserem.
Heterogeneidade dos educandos e educadores	Sem referência.	Pode gerar evasão.	A Educafro considera que é importante, mas os educadores precisam se envolver com o projeto.
Concepção política associada à prática pedagógica dos educadores	Necessário, e muitas vezes difícil de encontrar.	Necessário, mas muitos educadores não se compreendem como sujeitos constituintes do processo, apenas	Há uma dificuldade em encontrar voluntários que compreendem a proposta, ou até mesmo estão dispostos a se envolver e compreender.

		como “aulistas”.	
Formação de consciência	Engajamento coletivo gera emancipação do indivíduo e luta pelo fim do vestibular.	Reconhecimento como negro de camada popular historicamente oprimido gera cidadão engajados, e esses cidadãos ao ingressarem nas universidades a transformação.	Há uma convergência do objetivo de transformação social, mas os processos desencadeadores da formação de consciência são distintos.

Quadro 1 – Síntese das convergências e encontros entre MSU e Educafro

Fonte:

4.2. Tensões e divergências entre as experiências em análise

As tensões identificadas entre as organizações não significam uma tensão direta, mas diferentes formas de atuação que politicamente se realizam como conflito. Primeiramente, o MSU é um movimento social, e isso implica na não existência de **institucionalização interna** nas suas ações, o que gera uma menor organização sistemática e uma ação política mais direta e “livre”. Um primeiro exemplo é a definição de representantes políticos do MSU (nacional e estadual). Já na Educafro, o que temos é uma hierarquia organizacional e não política.

Existem diferenças, a priori, nos processos analisados. A Educafro é uma organização que possui um grau de institucionalização que atinge a sede do movimento, ou seja, um recurso advindo da Associação Franciscana que serve para sustentação da sede, e para articular internúcleos; não há um financiamento direto para os núcleos de cursinhos, como nos explica o trecho abaixo:

Então, nós somos custeados e mantidos pela Associação Franciscana de Educação e Assistência Social, que vem da Província de Santa Cruz, então ela é a mantenedora da Educafro e de outras unidades aqui dentro de BH, algumas ligadas à educação e as outras áreas sociais. Esse subsídio que vem da Associação Franciscana que mantém nossas ações. A gente tenta utilizar o mínimo possível pra manter a sede, para que sempre tenha recurso pra promover essas ações, encontros, o fórum, viagens necessárias, quando surge uma viagem [...]. Então, esse dinheiro vem pra isso, pra construção desses momentos de discussão, e também assim pra se trabalhar dentro do movimento social, **porque embora as pessoas olhem não te como se trabalhar dentro do movimento social sem recurso, não existe como você fazer nenhum tipo de política, de movimento, se você não tiver o recurso que venha de algum lugar, que você vai precisar daquele recurso** (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010, grifo nosso).

O grifo da citação acima demonstra a posição adotada pela entrevistada acerca do vínculo financeiro da Educafro com a Associação Franciscana. Todas as entrevistadas adotaram a mesma postura, de acordo com a institucionalização, mesmo aquelas que pertencem a núcleos que recentemente se desvincularam da organização, pois compreendem que há uma ingerência no processo, e não problemas inerentes à institucionalização da Educafro em si. Segue mais uma posição sobre a institucionalização da Educafro:

Olhe se a gente for pensar nos movimentos sociais do Brasil a igreja tá muito presente, é complexa essa questão... Porque a igreja, setores da igreja, desde a década de setenta, estão presentes numa série de movimentos, desde o movimento indígena, o movimento Lula... Partidário, PT... Acho que quando a gente leva a sério essa questão do coletivo, de que a voz é do coletivo, e não de uma pessoa... [...] A minha avaliação é essa, é os limites mesmo, que talvez a instituição tenha de entender que o coletivo, quer para além da questão do recurso até porque o recurso da Educafro-Minas é um recurso pra sede, o recurso vinha pro núcleo, mas era sempre indiretamente, sempre na formação... Os encontros quem banca é a sede, os meios de comunicação, mas o núcleo quem faz acontecer (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

[...] É a autogestão... então talvez essa contradição também gerou uma certa... pelo menos aqui no núcleo acho que foi isso que aconteceu, essa contradição aonde não vinha concretamente um dinheiro para o núcleo... pagar os professores... isso é muito difícil pras pessoas entenderem... Educador voluntário, acho que esse é o ponto... (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Eu acho que um problema de gestão... não teria problema algum se fosse institucionalizado, e se desse conta de discutir, agora a partir do momento que essa institucionalização, que é a igreja, são os frades franciscanos, e eles não dão conta, e não abrem portas para se discutir. Por exemplo, a violação do edital, pra mim fica claro isso, então não é

pra se discutir... Pra que se tenha uma rede, fortalecida, é preciso investir, investir que eu to falando mesmo, porque é uma filantropia, então vamos investir, vamos pagar pessoas pra trabalhar, porque as pessoas precisam sobreviver, vamos trazer, dar oportunidade para que educadores voluntários possam ser funcionários, enfim, possam ter uma ajuda de custo, possam receber... Mas é possível os cursinhos funcionarem sem sede, isso acontece, isso é possível, a gente tem exemplo de vários cursinhos, não só dentro da Educafro, mas fora também, que vão caminhando sem uma institucionalização, mas ela é importante também, a medida que você vai pra luta política, muitas vezes você vai requerer alguma coisa, você precisa ser pessoa jurídica, há uma série de burocracias no Brasil na hora de se relacionar e de brigar, mas é possível... Agora desde que esteja com uma boa gestão, desde que esteja querendo defender e discutir, e dar a cara à tapa... isso não tava acontecendo [...] (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

As entrevistas supracitadas consideram que a institucionalização favorece também a luta direta. Tendo em vista que para imputar processos jurídicos é preciso ter uma pessoa jurídica, enxergam que o problema institucional ocorrido na Educafro é devido à falta de debate e de vontade de estabelecer a luta direta.

A postura do MSU é contrária à institucionalização dos cursinhos, tendo em vista que o MSU, nacionalmente, adota uma postura contrária ao financiamento e a institucionalização dos cursinhos, pois considera que isso retira a autonomia do movimento.

Na verdade tudo o que o movimento conquista, é emprestado, até o voluntário é emprestado, ele tá ali tá lá, participa de outro movimento... Agora a ONG não, muitas delas, se for pegar o fim, pega o aluno lá da periferia, ajuda ele a entrar na universidade, talvez o fim é até o mesmo, mas a diferença é que se você procurar alguém que é militante de uma ONG você vai ligar, vai ter uma secretária que vai te atender, que vai marcar o melhor horário para uma entrevista, não é assim, a gente se encontra na cantina da faculdade e conversa, num espaço improvisado... Então a ONG é uma organização, agora o movimento ele não é organizado não... (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

O trecho acima considera da natureza de ser do movimento é não ter uma organização – diferentemente das ONGs e demais organizações. Isso cria limites organizacionais para o movimento, mas o permite ter maior “movimento” e liberdade, embora seja prejudicado por não ter ninguém “liberado”.

[...] você tem uma instituição que você tem funcionários, uma secretária, uma sede, enfim... Não que a gente não possa construir isso como movimento popular, mas você tem uma relação com as instituições religiosas que mantém isso, no caso da Educafro com os

Franciscanos, isso pra prática... Apesar de que na ação política a gente se unifica... a gente num tem dúvida... não tenhamos dúvida, mas eu acho que isso reflete de certa forma... se você pensar o conjunto... você só fez a pergunta do MSU e da Educafro, mas o conjunto de outras redes, igual aqui em BH tem a GRUPEV ligada aos jesuítas, tem o CEMEC ligado aos maristas...então esses núcleos... aquela pedagogia que você perguntou antes, do cursinho popular levar à uma luta social, uma consciência de direitos, às vezes não decola assim, não é unificado assim, não é uma ação unificada. Eu acho que o MSU e o Educafro mostra que é possível essa ação (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Nesse caso, evidencia-se que grande parte dos grupos de cursinhos populares na cidade de Belo Horizonte é vinculado a grupos religiosos; não somente a Educafro é ligada aos franciscanos, mas o GRUPREV (União dos Grupos Alternativos de Estudo Pré-Vestibular) aos jesuítas, o CEMEC (Centro Marista de Educação e Cidadania) aos maristas; o que gera amarras no que tange ao enfrentamento e à participação política mais ativa.

[...] unificada, nesses momentos de luta, pelas cotas, por uma construção de uma universidade nova no interior... é nesse sentido assim então a ação política nesse sentido, unificamos, MSU e Educafro... Mas nesse princípio que nós não abrimos mão, de relação independente com as instituições... (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

Embora seja evidenciado o princípio da autonomia interna dos cursinhos, o entrevistado ressalta que há uma parceria entre as organizações, independente dessas questões internas.

[...] Mas a gente conta também, houve uma proposta, os alunos pagam uma taxa para material, a gente estipula que não pode ultrapassar 10% do salário mínimo, o cursinho que ultrapassar não é popular, já tá querendo entrar na lógica comercial, e ela não pode ter fins lucrativos, não pode ser distribuído pra quem está a frente do cursinho, não pode ser remuneratório, voluntários, a não ser ajuda pra transporte.. Então, dessa taxa também, quando os cursinhos podem ajudar, financiam também as atividades do MSU... quando precisamos organizar caravana, os cursinhos bancaram os ônibus, porque na verdade, não tem essa possibilidade, que muitos imaginam, que partido político ou deputado, banquem, só bancam quando há um atrelamento de interesse direto, isso não aconteceu... se o interesse é seu, você que corre atrás, você que banca sua luta, não sei se deu pra esclarecer... (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

Mostram-se também os prejuízos acarretados devido à falta de uma organização mais sistemática e às dificuldades enfrentadas para deslocamentos para participação das atividades do movimento.

[...] estamos construindo um movimento popular, é... somos militantes mesmo, não tem ninguém liberado, assim vamos dizer “ah temos um convênio com algum fundo público ou privado que vá financiar toda a militância do movimento” isso não existe, assim, é um movimento popular, assim como outros, que é princípio da autonomia, e a autogestão, então o movimento se mantém nessa relação, essa crítica é construtiva nesse sentido, não há relação com o Estado brasileiro dentro do movimento, com os poderes dessa democracia brasileira [...] (MSU - 1, depoimento em grupo focal à autora, 2010).

Fica claro que o MSU e a Educafro possuem diferentes concepções acerca da ação política dos PVPs, diferenças que se evidenciam na proposta de **sustentabilidade financeira** de ambos. Contudo, essa é a postura dessas organizações como sujeito-social, muito embora os diferentes sujeitos envolvidos, tanto no MSU quanto da Educafro, reconheçam as diferenças entre as organizações. No momento da entrevista que tratamos da comparação entre os dois grupos há diversos receios em discutir as tensões que envolvem a relação.

Acerca da política externa ao cursinho, ou seja, numa dimensão mais macroestrutural, há um destaque de outro estudo sobre os cursinhos em MG que destaca diferenças entre o MSU e a Educafro no que tange à concepção de **institucionalização externa do cursinho**:

Então é uma coisa a se pensar sim, é nessa construção de um movimento popular, lutando por direitos, que tem isso, mesmo a relação com o Estado, essa democracia, que a gente vai construir, “ah tem um candidato nosso, vamo eleger”, isso também é uma coisa que o MSU já viveu, e que tem aprendizados dessa relação do Estado por meio da política partidária, tem aprendizados, da gente forjar candidatos nosso, do movimento e ver que eleição é quem tem dinheiro que ganha eleição... e a gente até foi bem votado lá em São Paulo, porque foi uma experiência em São Paulo, em Minas Gerais a gente chegou a apoiar um candidato, pra depois construir relações com deputado estadual, vereador, mas mostrou isso, o limite do movimento social de entrar nesse Estado de democracia representativa, e daí construir defesa do projetos de cotas nacionalmente, ou mesmo nos estados, ou municipalmente (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Sobre a eleição de políticos ligados ao movimento, o MSU relata uma experiência que não funcionou, devido ao tipo de democracia representativa do nosso País, na qual há um privilégio à questão financeira em detrimento do projeto político.

[...] fazer as lutas do movimento reverberarem dentro do Estado, e é o caso do legislativo, ou mesmo do executivo, porque o judiciário, se você pensar bem, ele não entra, continua dominado pelos advogados, então é um aprendizado também do movimento com a política partidária e com o Estado, o aprendizado do **Programa Diversidade na Universidade**, que é um financiamento de um fundo público...e esse aprendizado com a política partidária assim... e quanto isso acumula pra luta popular, você lançar um candidato, nosso assim...com as nossas lutas ... e bem o quanto isso vira só politicagem do partido pra ganhar mais uma eleição, mais uma propaganda política, mais votos... angariar votos, isso é uma reflexão que a gente tem buscado muito aqui em Minas Gerais, pra manter essa autonomia, preservar esses princípios, que às vezes nacionalmente, internamente no movimento a gente tem discordâncias, mas que é natural, que é você analisar a estratégia e a tática do movimento, e suas realidades, mas é um outro aprendizado, mesmo esse aprendizado do Estado, do ensino público, mesmo o aprendizado das lutas do ProUni e outras assim que mostram essa relação de forças desfavorável dos movimentos, mostra toda essa política nacional por onde que passa, poder passa por onde, de que forma a gente chega e entra e busca e articula, e costura... isso é uma coisa que é um repensar assim... que faz repensar a nossa pedagogia, a nossa tática e estratégia política constantemente... acho que não é só do MSU, de qualquer movimento popular... mas acho que é uma reflexão que cabe (MSU - 1, depoimento à autora, 2010, grifo nosso).

Damos destaque ao PIC (Programa Inovadora de Curso), inserido no Programa Diversidade na Universidade, citado acima, pois este consistiu em uma política pública que objetivava financiar cursos pré-vestibulares populares com recorte étnico-racial. Foi instituído como medida provisória número 63, em 26 de agosto de 2002, e convertida na lei nº 10.558, de 13 de novembro do mesmo ano.

Tal política teve como objetivo central “[...] implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros” (BRASIL, 2002, Art. 1º). Essa política articulou orientações do organismo representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Observou-se dentre as *condicionantes globais*¹⁸

¹⁸ Compreende-se por condicionantes globais, aqueles que dependem do momento histórico, envolvendo interesses internacionais (BONETI, 2006).

dessa política a interferência do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no processo de formulação e regulação desta política.

Esses *condicionantes globais* demonstraram como as questões da diversidade étnico-racial e da inclusão tornaram-se importante aos olhos do governo e passam a integrar a agenda de políticas. Associado a esta demanda internacional existiu a mobilização do movimento negro e dos cursinhos populares no Brasil, que se destaca pela disputa institucional, por meio da reivindicação de políticas públicas. Os objetivos propostos pela política apresentam uma lógica *compensatória*, na perspectiva da *inclusão social*.

Contudo, os resultados mostraram-se insatisfatórios. Esse programa, que se apresentava como ações afirmativas e buscava a reparação dos povos historicamente oprimidos, trouxe um empecilho ao funcionamento político pedagógicos de diversos núcleos de cursinhos que se tornaram reféns da burocracia exigida pelo programa e a inexistência de financiamento para recursos humanos.

Não temos base na casa pra segurar o “Diversidade na Universidade” que foi um Programa de financiamento de Cursinho Popular que acabou em 2008, essa relação movimento social-Estado, e isso começou com o Paulo Renato, no governo Fernando Henrique, depois da Conferência de Duban, quando o Brasil acordou, vamos combater o racismo... promover a igualdade racial do Brasil, no governo FHC, por pressão do movimento, depois da Marcha Zumbi + 10... Aquela marcha, ali conseguimos uma unidade, então a gente vai nesses altos e baixos, fazendo com que esse Estado seja pra nós, direcione pra nossas causas, nossas demandas, aí surgiu o “Programa Diversidade na Universidade”, com o recurso da UNESCO, assim super, quase que correr atrás do rabo assim... Viçosa conquistou, quando eu ainda estava lá, foi um momento de ação que o MSU ajudou muito naquela época, Contagem conquistou o programa, um parceiro nosso que é o GESPALP, nós conquistamos em 2007, aqui em BH, e fizemos uma parceria com uma ONG, sabe essa ONG que não é parceira, mas pelo menos pegamos metade do recurso e ficamos pra nós, olhe vocês podem ficar com uma metade, mas a outra metade é nossa... Aquela coisa, pobre quando não tem dinheiro é uma maravilha, mas quando chega dinheiro, às vezes vira o problema, vira disputa, vira rivalidade, só pra concluir essa relação, nós dos movimentos populares e o Estado, esse Programa Diversidade na Universidade, uma luta que é o ProUni, as ações afirmativas, cotas por exemplo[...] (MSU - 1, depoimento em grupo focal à autora, 2010).

De maneira geral, houve uma concentração de esforços na gestão do recurso e um desligamento, em certa medida, dos aspectos político-pedagógicos – um processo de institucionalização bastante complexo do ponto de vista da autonomia e liberdade que

um Cursinho Popular possui. Em outra medida se mostrou um adestramento com relação à reivindicação das cotas e da reserva de vagas em universidades.

Sobre essa reserva de vagas nas universidades:

Primeiramente existia uma tensão entre MSU e Educafro, motivada predominantemente pelo posicionamento daquele quanto às políticas de cotas. Enquanto o MSU Minas defende a reserva de 50% das vagas nas universidades para estudantes oriundos de escola pública por curso e por turno, o Educafro Minas ressalta a importância da reserva explícita de vagas para negros. Em segundo lugar, pelo fato do tema ser, hoje, alvo de debates polêmicos, suscitando posicionamentos dos mais diversos sujeitos e atores coletivos fundamentados em argumentos produzidos pela academia (LOPES *et al.*, 2008, p.11).

Mas nas entrevistas realizadas observamos que houve uma concessão por parte do MSU, por identificar o movimento negro como grande parceiro na luta pelo acesso às universidades públicas brasileiras.

[...] com o ProUni aprovado, nós começamos a trabalhar a ideia que era necessário um ProUni também para as universidades públicas, e que pra gente esse tipo de ProUni via as cotas, via a discussão das cotas, é a princípio, a ideia inicial era cotas para alunos da escola pública, mas com nosso diálogo com o movimento negro crescendo, nós achamos melhor não criar essa discussão, para que dependendo do movimento nacional, nós pudéssemos também incluir as cotas para negros e indígenas, respeitando, inclusive a lei 10639 que institui a questão do estudo de história da África, dos africanos nas escolas públicas de fundamental e médio e também da lei 11645 que instituía a questão da educação indígena, bom, e aí nós começamos a travar uma outra discussão, aí o projeto foi aprovado na câmara, após muita mobilização [...] (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

Outra estratégia de ampliação do acesso para educandos da Educafro é por meio de uma parceria com a embaixada:

Essa parceria na verdade vem de São Paulo, que tem uma parceria com a Embaixada Cubana, e a embaixada cubana ela concede bolsas aqui pro Brasil, em São Paulo tem essa parceria, e eles estenderam para outros lugares. E o quê que acontece? Quando tem uma bolsa eles divulgam, eles dizem quantas bolsas tem, para que cursos. Muitas vezes divulga só o curso, às vezes não vêm as informações completas, mas vem as informações, a gente tem que correr atrás, preparar a pessoa. Ver quem realmente está interessado, preparar a documentação (Educafro – 1, depoimento à autora, 2010).

Já acerca do fornecimento de **bolsas em particulares** como política dos cursinhos populares, o MSU menciona uma possibilidade de construção de parcerias com essas instituições, desde que acompanhada de uma proposta política coerente com

o movimento, como na relação com o Instituto Izabela Hendrix, em Belo Horizonte – MG:

[...] a gente pode até chegar num debate, como nós chegamos aqui em BH com uma instituição confessional que é os metodistas Izabela Hendrix, de construir um... não foi só com MSU, mas com outros movimentos sociais, de construir um convenio de bolsas pra quem vem de movimento social mesmo assim...isso porque tem um reitor que é progressista, no Izabela Hendrix, atualmente, que construiu essa relação, que tinha relação com o MST, Via Campesina... outros movimentos urbanos vieram... Consulta Popular, Brigadas, Movimento dos Atingidos por Barragens, tal, mesmo os APNs, que é uma pastoral dos negros, e tal... igreja, e foi nisso, isso já é um debate que nos interessa, porque já é dentro de uma concepção política que não tá se construindo uma parceria pontual, com um imediatismo individual de estudar, mas é um estudar pra contribuir com a sua comunidade, pra atuar num núcleo do MSU [...] (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Contudo, problematiza-se a postura da Educafro em relação às bolsas em particulares e a manutenção da prestação de serviços à Educafro; apesar da Educafro-Minas não possuir essa política a longa data¹⁹, como evidenciado a seguir:

[...] Não sei se a Educafro, não cheguei a nenhuma notícia, do que eu conheço da Educafro, mas parece que eles têm essa ponte também, quem é... e a gente vive isso também, que o cara às vezes antes do ProUni, não sei depois, mas acho que isso já diminuiu, né? Some um pouco... diminui... que é assim: o cara é bolsista lá, conseguiu a bolsa lá no cursinho da Educafro, é bolsista na Universidade Católica Paulista, ele trabalha lá dentro, contra-turno, estuda de manhã e trabalha à tarde, sem receber nada tem uma certa exploração do trabalho desse bolsista, dessa relação nada transparente que as confessionais tinham antes do ProUni com a... nesse oferecimento para a sociedade civil, dessas bolsas... que é de isenção de imposto, acho que é isso assim [...] (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Ressaltando a parceria existente entre o MSU e a Educafro o entrevistado estabelece diferenciação entre o estabelecimento de parceria com critérios políticos e a

¹⁹ Em 2011, retirada a notícias das parcerias com particulares em BH e outras cidades de Minas Gerais “Graças às parcerias realizadas entre a Educafro-Minas, UNI-BH e Anhangüera temos bolsas de estudo a oferecer. entre em contato e faça já a sua pré-inscrição pelo telefone (31) 3271-3038. Conheçam alguns aprovados nos vestibulares 2011:

1 Nutrição – PUC, Núcleo Ação e Ousadia /Ibirité;

1 Serviço Social – UNA, Núcleo Ação e Ousadia /Ibirité;

1 Ciências da Computação – UNIVALE, Núcleo Pedra Negra/Governador Valadares;

1 UNA, Núcleo Ação e Ousadia /Ibirité;

1 Núcleo Águia/Vila São José, BH;

1 – Farmácia – UNIPAC, Núcleo Pedra Negra/Governador Valadares;

1 – Pedagogia – Izabela Hendrix, Núcleo Ação e Ousadia /Ibirité;”. Disponível em: <<http://www.educafrominas.org.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

parceria que se torna “comercial”, e, nesse caso, exemplifica a relação nascente da Educafro com a Anhangüera.

[...] acho que Marighela é feliz nesse sentido assim, lá dizia assim “A ação política unifica os movimentos”, unificamos com a Educafro sim, somos parceiros realmente, em termos de conquistar, mas nesse miúdo... da ação do cursinho popular ali, da intervenção do cursinho popular tem diferenças, tem essa relação com as instituições de ensino privado, e lá tem o Anhangüera... olha só o exemplo de empresário da educação, de capital privado da educação superior, Anhangüera, patrocina a Educafro, como é que você tem estômago pra sustentar isso... você como militante do movimento popular, construindo uma utopia de sociedade... como é que você tem estômago pra sustentar isso... porque é complicado, se você pensa uma outra sociedade, ideologicamente, criticamente, como é que na sua prática você constrói isso... assim? o quê que tá se contraindo de autonomia de luta, porque esses mecanismos, esses fundos vão cobrar resultados, ah você tá e aí nesse cobrar resultados de que um banco, o Santander financia, você tem uma intervenção, um tensionamento da luta política mesmo (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Ou seja, problematiza-se o vínculo com universidades empresariais, devido à perda do foco de democratização do acesso. Contudo, diferencia-se uma parceria com uma universidade confessional por não possuir um teor de “uma concepção política que não tá se construindo uma parceria pontual, com um imediatismo individual de estudar”, pois haveria uma seleção de membros de outros movimentos sociais, “mas é um estudar pra contribuir com a sua comunidade, pra atuar num núcleo do MSU”. Apesar de ser uma argumentação válida e coerente, tem seus limites, pois os desvios dessa busca de qualificação de sujeitos já engajados nos movimentos sociais arrefecem a luta em prol da universalização da universidade pública. Muda-se o foco. Enfim, passa a considerar o processo de formação como um serviço, reafirmando essa noção de

[...] localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUI, 2003, p.6).

Nesse sentido, o movimento passa a endossar essa noção de educação como um setor de serviços e, nesse caso, a luta pela democratização do acesso à universidade se metamorfoseia em luta para recebimento de um serviço gratuito de acesso a um ensino superior privado de qualidade duvidosa.

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o do público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade. [...] tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver, sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada (CHAUI, 2003, p.12).

E ainda é preciso desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e a ampliação restrita do acesso em universidades particulares que tem ocorrido na última década.

[...] acho que o MSU tá caminhando pra isso, que é esse diálogo, essa reivindicação e pressão do estado que tem essas instituições... IFETs... é universidades federais, e as estaduais, esse diálogo de que conhecimentos necessitamos... que profissionais precisamos, trabalhadores, às vezes é aqui que mora o grande embate, que é o mote do embate... a expansão provocada pelo ProUni, Reuni, cotas... IFETs, to dizendo essas políticas, mas têm outras de educação de jovens e adultos, tudo pra **formar trabalhadores para o capital**... talvez o embate de fundo é esse, mas ao mesmo tempo podendo construir realidades ou cursos que...Igual na UNILA mesmo, lá na realidade de Santa Catarina com o Paraná, voltada para a realidade dali, essa interiorização da universidade... é problematizar ao mesmo tempo lutar pela expansão, democratização, mas com condições de permanência, com qualidade, com estrutura física, com toda essa universidade que queremos, com qualidade, fazer o que talvez fizeram com a expansão da educação básica, com a universalização da educação básica, e que vive esse embrolho todo de milhões fora da escola, e políticas de ações afirmativas paliativas, um monte, que às vezes no conjunto, que às vezes atinge pouca gente [...] (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Observa-se no trecho da entrevista, acima citado, que há uma percepção das contradições que o Movimento dos Sem-Universidade encerram, ou seja, as ações afirmativas no contexto do MSU são reconhecidas como ações paliativas e pouco transformadoras, mas, ao mesmo tempo, adotada como uma bandeira imediatista válida.

[...] sempre priorizamos a luta pelo direito à educação, a universalização da educação superior, e como direito público e a todos assim, e isso é uma coisa se pensar o histórico do ensino superior privado e as filantrópicas, confessionais e até o ProUni tem haver um com isso que desde a constituição de 78, a lei da filantropia no Brasil já isentava os impostos dessas confessionais e filantrópicas, então o ensino superior privado no Brasil tem essa diferença, você pode pensar essas três linhas, na verdade filantrópica e confessional é uma linha... e do outro lado as de fins lucrativos [...] você tem uma domesticação, uma capitalização da força desses movimentos sociais, no final da década de 90 já, você tem uma domesticação que vem das universidades, de prefeituras que começam a ...a cooptar essas práticas de cursinho popular, e a instituição religiosa não é o contrário... na perspectiva da educação popular, de modificação de realidade, de enfrentamento da realidade...bem esse fenômeno da cooptação dos cursinhos populares é talvez...tem essa consequência dos cursinhos populares, chamados comunitários, alternativos, levarem seus estudantes à uma bolsa das universidades confessionais, e o MSU já tem outro pensamento que tem que **lutar pelo direito público à universidade** (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Ao mesmo tempo em que debate a necessidade da visão do direito universal à educação, seguidamente trata do ProUni, evidenciando que “Então o ProUni veio regularizar essa situação, de não transparência, então você tem um critério público, é a nota do ENEM, que é válida, é uma avaliação socioeconômica, então o Estado interviu na educação” (MSU – 1, depoimento à autora, 2010):

[...] o ProUni ele é um marco porque? Porque ele regulariza de certa forma um lado positivo porque regulariza a renúncia fiscal, do ensino superior privado, porque até ali da Constituição da 88 que eu lembrei, é que a lei da filantropia era 20%, pra você ser isento tinha que oferecer bolsa e outros, outras formas de assistência social relação com a comunidade, então a pro ProUni isentar os impostos, tinha serviços, 20% de impostos, sabe? Você como educador de cursinho popular na periferia ali, os estudantes chegavam “Quero conseguir uma bolsa na universidade ouvi que fulano conseguiu” Ah, conseguiu como? Ah conhece um parlamentar, um senador, um deputado, e conhece um bispo... Um padre, um pastor, você tem um ensino superior privado assim... confessional, mesmo, ele é dominado... os donos viraram políticos, parlamentares e viraram...e são dessas instituições religiosas, então você vê um processo de não transparência, de uma obscuridade desse direito ao ensino superior no privado...porque não é obrigatório o ensino superior no Brasil ainda, mas é uma progressão...é uma universalização progressiva desse direito, ao ensino superior, mas essa relação obscura... transparente não era público,... ah tinha que chegar esse caminho de conhecer o padre, o padre da minha comunidade tinha que conhecer o bispo, ai vou lá na PUC consigo uma bolsa e vou estudar e tal... isso, isso a igreja na época mais progressista fazia isso, pra formação de militante, muitos comunistas foram pra PUC tal... socialistas... tem ainda esse

pensamento, se você pensar na PUC ainda tem alguns resíduos, mas... (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Acerca da forma de trabalho na Educafro são expostas as formas de construção dos debates e a **afiliação a um tipo de “educação popular”**, explicitando a escolha das questões raciais como centrais e a forma de debate da semana de consciência negra nos núcleos.

Ah com certeza era a questão racial, eu acho que era o que mais... na semana de consciência negra, era todo um processo que ia de junho até culminar na semana, fazia reuniões com os núcleos... tudo era decidido por eles... Igual o nome, tinha até uns nomes que eram bem assim sabe... Quem tem mais formação política vai pensar... mas a gente não, é o que surgiu no coletivo, então tipo assim: “Vivendo, aprendendo e conquistando”, se você for olhar na história vai ser uns nomes bem assim, tipo “Convivendo com a diferença desde a infância”, acho que era isso... não era uns nomes igual da UNEAFRO “Genocídio da juventude negra”, que coloca a questão já... Mas e porque que não era? A metodologia de trabalho nossa era essa, escutar eles, então ia vir isso mesmo, e a gente tinha que positivar isso porque eram pessoas que não falavam, tímidas [...] (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Identificamos na Educafro uma concepção de Educação Popular pautada na noção de contato constante com a base fundamental da organização. Se classificássemos com as diferentes fases da educação popular brasileira os educandos dos núcleos, a educação teria identidade com o momento de grande influência da Teologia da Libertação, na qual se priorizavam metodologias participativas e, de certa forma, relativizava o conteúdo da proposta. Há, nesse caso, o perigo do *basismo*, em repúdio ao *dirigismo*, não havendo uma dialética no processo de trabalho de base. Contudo, pode-se concluir que, dessa forma, partia-se da realidade vivida, assim como frisava Paulo Freire.

Nesse sentido, fazemos das palavras de Iasi (2007), as nossas:

Para nós, o produto da formação é algo mais complexo e difícil de medir no curto prazo, como seria o gosto da consciência imediatista e sindical predominante em nosso movimento. Seria algo a ser medido na qualidade efetiva da ação militante, em sua capacidade crítica diante de deformações que vão se produzindo, a constatação no quadro de militantes, da socialização de novos valores e preocupações, no número de quadros com capacidade de elaboração de políticas de ação e organização (Iasi, 2007, p.171).

Ou seja, consideramos que não é possível prever de fato a efetividade dos processos de formação de consciência, mas entendemos como fundamental o acompanhamento dos desdobramentos desses processos para adaptá-los aos diferentes contextos nos quais se inserem.

TENSÕES/ DIVERGÊNCIAS	MSU	Educafro	IDEIA-SÍNTESE
Institucionalização Interna	Não possui vínculos institucionais e militantes “liberados”.	Possui vínculo institucional com a Associação Franciscana e possui funcionários na sede, apesar dos núcleos de PVP serem autônomos.	Autonomia política X Estrutura Organizacional Eficiente
Institucionalização externa	Já houve tentativa pela via eleitoral e consideraram pouco viável.	Enfrentam o debate, principalmente ligado à bandeira das ações afirmativas.	Inviabilidade do nosso sistema eleitoral X Tática para conquista de ganhos pontuais.
Sustentabilidade financeira	Autossustentação dos núcleos e do movimento.	Autossustentação dos núcleos e financiamento da sede mineira pela Associação Franciscana.	Divergências na concepção de militância e funcionário.
Reserva de vagas nas universidades	A favor das cotas para negros.	A favor das cotas para negros.	O MSU reconhece essa como uma ação pontual, imediatista, mas

			necessária, diferentemente da Educafro, pois seu vínculo com o movimento negro torna essa uma das principais bandeiras de luta da organização.
Parceria com Cuba	Não possui.	Possui. Mediada por São Paulo.	Trata-se de uma parceria com perspectiva política e de formação técnica bastante efetiva.
Parceria com universidades particulares	Possui hoje uma articulação com o Instituto Isabella Hendrix, mas acredita que dependendo da parceria limita a ação política, a exemplo do ANHANGÜERA.	Possui diversas parcerias, marcadamente na Educafro-SP, mas a sede mineira não possui grande influência política, hoje por intermédio da Educafro-SP está em curso uma parceria com a ANHANGÜERA.	A tensão se dá na motivação para estabelecimento da parceria com uma universidade privada, no ponto de vista do MSU.

Quadro 2 – Síntese das tensões entre o MSU e Educafro

4.3. Possibilidades vislumbradas diante do panorama de convergências e tensões

A partir da sistematização dos dados extraídos dos depoimentos dos sujeitos atuantes no MSU e na Educafro nos dois primeiros eixos de semelhanças/convergências e de diferenças/tensões, identificou-se a necessidade de evidenciar os processos de

unificação e articulação entre as organizações em análise. Tendo em vista que, apesar de possuírem diferentes objetivos, se articulam em alguns pontos.

Nesse sentido, pretendemos destacar os avanços que as articulações entre o MSU e a Educafro podem gerar para o movimento de democratização do acesso ao ensino superior, tendo em vista todo o cenário dificultoso que os movimentos sociais enfrentam no Brasil na última década.

Muito embora haja uma vinculação entre a Educafro e o movimento negro, observa-se que na sede mineira da organização há uma incipiente articulação com esse movimento – como evidenciamos mais acima. Contudo, seus sujeitos afirmam essa necessidade, inclusive de certa forma, considerando tal articulação fundamental, mais do que com outras organizações “de esquerda”.

[...] que era importantíssimo, mais do que tentar articular com a esquerda, esquerda quando eu digo é o movimento de classe, que tá mais preocupado com essa discussão do que o movimento mais com base na cultura... tô sendo bem assim... pra tentar esquematizar mesmo, por que assim não que no movimento negro não haja discussão de classe, porque há, mas é... porque é diferente a forma como eles se organizam e se pensam, tal... então foi ela que abriu...as portas assim [...] (Educafro - 2, depoimento à autora, 2010).

Sobre as práticas do movimento negro, integrante do MSU, dá destaque à forma de trabalho do movimento negro, dando ênfase às metodologias de trabalho desse movimento, trazendo para o foco a “forma de fazer educação popular” que valoriza o “como fazer”.

[...] eu acho interessante a análise do movimento negro que tem outras táticas e estratégias: a cultura, a arte é uma estratégia de colocar o negro no centro da sociedade, e mostrar, combater o racismo e mostrar a desigualdade, enfim [...] (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Tendo em vista o quão estratégico é a disputa pela aprovação das ações afirmativas para Educafro, esta organização está à frente desse processo. Pois o MSU, apesar de encampar essa luta, a identifica como tática.

O Brasil se diz um país democrático, mas em questão do acesso à universidade precisa melhorar muito. Esse ano eu fui a uma audiência, de ações afirmativas no STF – Supremo Tribunal Federal, pra discutir as ações afirmativas no ensino superior, a gente saiu de lá e não conseguimos decidir, isso ainda vai ser votado, uma coisa que não se precisaria votar pra pensar, porque é obrigatório, uma vez que a gente tem essa história brasileira na educação. Então, nesse sentido que tá péssimo, precisa melhorar muito, eu acredito muito assim,

conseguimos cotas em algumas universidades, conseguimos bônus, mas não é só isso que a gente quer não, a gente quer entrar, a gente quer sair do ensino médio e entrar na universidade... e não ter que passar por um vestibular, e não ter que ficar estudando esse tipo de prova que eles propõe, que não acho que é o melhor, não acho que vai contemplar a camada popular, que é a camada que trabalha o dia todo e vai à noite pra escola, a camada que os pais, geralmente não tiveram esses conhecimentos que o vestibular tá cobrando, precisa melhorar muito (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

É destacado pela entrevistada acima a necessidade dos PVPs discutirem a questão racial, pois considera esse tema relegado a um segundo plano nos encontros de PVP. A Educafro analisa que a exclusão do negro das universidades é uma pauta que unifica o movimento de cursinhos populares, e não se trata de uma causa somente do movimento negro.

[...] acho que falta para os pré-vestibulares discutir a questão racial, porque eu acho que a questão racial não é algo pra se discutir entre os negros só... Acho que a questão racial tem que ser discutida num todo da sociedade, e se a gente tá falando de acesso à universidade a gente tem que discutir essa questão étnico-racial, porque quem não está lá na universidade, na maioria não são pobres, em maioria são negros e índios... acho que os pré-vestibulares comunitários, populares, alternativos, têm que discutir isso, isso eu sinto muita falta... Assim como diversas vezes já senti uma certa resistência dos pré-vestibulares discutirem essa questão... (Educafro - 3, depoimento à autora, 2010).

Destacamos algumas iniciativas de unificação entre as duas organizações em análise, numa **dimensão nacional**:

(Sobre parceria nacional com a educafro) tem com a Educafro, por exemplo, a luta das cotas teve audiência esse ano no STF questionando a constitucionalidade... se é constitucional as cotas, na Unb e outras universidades, acho que a do Rio Grande do Sul, então nesses momentos assim... a questão do Estatuto da Igualdade Racial, voltou, saiu e... então o MSU e a Educafro tem essa parceria na luta concreta assim... é nacionalmente...então MSU, Educafro, outros movimentos CNTE, Campanha Nacional pelo direito à educação, é... construíram um Comitê Nacional em defesa das cotas, então... tá tudo ali compondo, todos esses movimentos compondo, assim foi com os debates do ProUni em 2005, 2004, a Educafro é uma das representantes da sociedade civil na CONAP né... então, é uma parceria na luta, que é um dos princípios do MSU, inclusive, a gente construir a luta, a ação política com outros... não somos os donos da verdade (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

Então, a Educafro surge antes do MSU, se você pensar o histórico, a linha genealógica da Educafro e comparar com a do MSU, a Educafro surge muito e o MSU, e vários outros movimentos de cursinhos

populares, ali no início da década de 90. A Educafro é muito ligada ao movimento negro, o MSU já não tem essa raiz, mas a gente luta junto, estivemos sempre junto com o movimento negro, hip hop, pastoral da juventude do meio popular... (MSU - 1, depoimento à autora, 2010).

O ProUni é considerado por ambos movimentos como uma conquista considerável do movimento, a partir de um enfrentamento direto. Muito embora, em outros momentos, reconheçam-se os limites dessa conquista; essa bandeira é sempre propagandeada.

Nós entramos na luta pelo ProUni, e também, agora, recentemente, estamos travando uma luta pela questão das cotas, que é um projeto de lei para implementar 180, tivemos uma audiência pública no senado, e eu fui representar Minas Gerais nessa audiência, foi um momento de embate terrível, porque lá tinha um grupo que era contra, nós e a Educafro estávamos defendendo a proposta, muita resistência do senado, dos senadores, até hoje tem interesse tem interesse contrário, e até hoje é um assunto que vai e vem e tá, a pauta está trancada e a gente não consegue, até o final deste governo, até o final dessa legislatura, acho muito difícil a gente conseguir uma vitória no Congresso, a gente tem esperança que pelo menos a gente retome a mobilização para conseguir que seja aprovado futuramente (MSU - 3, depoimento à autora, 2010).

E também na cidade de Belo Horizonte, entre as ramificações mineiras das organizações, observamos a existência de processos de articulação, como no caso da **luta pela isenção** já evidenciada no subtítulo sobre o MSU e ainda complementado a seguir pela Educafro²⁰:

Aconteceu um fato eu ainda nem estava aqui, foi em 2007 ou 2008, em que foi pedida a isenção, e praticamente ninguém conseguiu a isenção, aí os cursinhos comunitários aqui de BH, se uniram MSU, Educafro, Maristas, Jesuítas, se uniram e entraram com um recurso. Aí eles conseguiram essa isenção, mas ficamos marcados, uma estrela na testa, mas valeu a pena porque muita gente entrou através dessa isenção da taxa (Educafro - 1, depoimento à autora, 2010).

E ainda no grupo focal é evidenciada por outro sujeito a proximidade entre as causas do MSU e da Educafro. Em seguida, evidencia-se a ideia de unidade:

[...] é apenas mudança na nomenclatura porque a causa é a mesma, é inserir o povo pobre, o povo negro, o povo quebrado, o povo batalhador, o povo que vem lutando que tem o desejo de fazer parte de uma universidade, estar em uma universidade, é inserir esse povo e motivá-los para que eles continuem lá [...] (Educafro - 1, depoimento à autora em grupo focal, 2010).

²⁰ Anexo C: Documento unificado entre PVP de BH, incluindo MSU e Educafro, utilizado quando da reivindicação da isenção.

Eu acho que o aprendizado é esse da unidade, a gente tá retomando alguns fóruns, retomar o Fórum de Cursinhos Comunitários, a gente viveu isso em 2006 a 2008, a gente viveu esses altos e baixos do movimento social, MSU e Educafro mais na região metropolitana, onde tem cursinhos populares jesuítas e maristas (MSU - 1, depoimento à autora em grupo focal, 2010).

Muito embora existam divergências entre o MSU, a Educafro e os demais articuladores de PVP, há uma predisposição à articulação e, principalmente, a ideia de necessidade de união para forçar a abertura das portas das universidades para todos.

SEMELHANÇAS	TENSÕES	ARTICULAÇÕES
Trajetórias Similares	Institucionalização Interna	Metodologia do movimento negro.
Trabalho Voluntário	Institucionalização externa	Unificação Nacional em lutas diretas.
Evasão	Sustentabilidade financeira.	Audiência Pública sobre Ações Afirmativas.
Heterogeneidade dos educandos e educadores.	Reserva de vagas nas universidades.	Luta pela Isenção da taxa de inscrição do vestibular.
Concepção política associada à prática pedagógica dos educadores.	Parceria com universidades particulares.	
Formação de consciência	Institucionalização Interna	

Quadro 3 – Síntese dos itens A, B e C (Convergências, Tensões e Articulações)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar a experiência dos pré-vestibulares populares a partir do Movimento dos Sem-Universidade – MSU e da Educação e Cidadania para negros(as) e pessoas da camada popular – Educafro – Minas. Tendo em vista que ambos possuem como tática os pré-vestibulares populares, buscamos compreender suas estratégias no contexto da ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil.

Esses grupos propõem um processo de formação popular e diferenciada, por isso, buscamos resgatar a trajetória dos movimentos sociais e sua relação com a educação no Brasil. Ou seja, fizemos uma revisão bibliográfica do histórico dos movimentos sociais no que tange à educação, e sobre a educação popular no Brasil, compreendida como a educação dos/nos movimentos sociais.

Observa-se que apesar do discurso hegemônico ressaltar a impossibilidade de transformação da sociedade e da ineficácia dos movimentos sociais, a educação teria um poder redentor como ponte para a ascensão social e solução para as desigualdades sociais. Esse discurso ganha espaço e se consolida nos países da periferia do capitalismo, como o Brasil.

Apesar da educação, sem dúvida, ter papel fundamental nesse processo de reparação das injustiças, essa solução se dá somente por meio de investimentos sérios na educação pública, e não por meio de discursos “românticos” e políticas sem investimento.

Os países latino-americanos que passam por transformações significativas nas últimas décadas, hegemonomizam o discurso da inclusão via educação, e “não é difícil inferir que a educação é apontada como via prioritária para inclusão social. É possível observar em vários documentos de organismos multilaterais, esta nova função atribuída

à educação” (RIBEIRO, 2003, p.6). Essa inferência nos conduz ao entendimento dessa noção como forma de transferência da responsabilidade das crises da pobreza dos países pobres.

A ideia de inclusão e exclusão nos termos apresentados atualmente tem a intencionalidade de disfarçar e diminuir a pobreza de maneira a conter a organização a partir de “auxílios” compensatórios, aos grupos sociais historicamente alijados de direitos no Brasil. A partir dessa noção surge ações afirmativas como políticas compensatórias.

Nessa perspectiva, os pré-vestibulares populares são entendidos como processos reparatórios, com caráter contendor de ações mais radicalizadas. Contudo, observamos as experiências da Educafro e do MSU e, por intermédio delas, percebe-se que há uma diversidade de ações que vão do assistencialismo (pura e simplesmente) à compreensão do PVP em si como forma de organização política para reivindicação dos direitos universais.

Este estudo comparado nos permitiu um olhar mediado por duas experiências na cidade de Belo Horizonte – MG, com referência em outros estados brasileiros. Por isso, não se trata de um estudo de caso, mas parte-se da realidade mineira para compreensão da filosofia e estratégia política do movimento.

É notória a dificuldade de reconhecimento dos pré-vestibulares populares (PVPs) como movimento social, mas é importante reconhecer que não é possível considerar o imenso número de experiências existentes hoje, no Brasil, como ações desconexas. Ou seja, essas experiências refletem uma ação de movimento social, com seus limites de conquistas, como os demais movimentos e as dificuldades de articulação.

Reconhecemos que essas ações possuem suas conquistas e inegáveis avanços do ponto de vista da universalização do acesso. Contudo, programas como o ProUni, considerados como avanços significativos desse movimento, situam-se numa conjuntura de descenso dos movimentos, no qual o horizonte das pautas de lutas e conquistas se adéquam à dificuldade de mobilização das classes oprimidas da sociedade brasileira.

Inclusive, a iniciativa de construção de pré-vestibulares populares está contextualizada numa lógica de desresponsabilização do Estado dos direitos fundamentais, e a sociedade civil assume esse desafio. Contudo, notamos que, posteriormente, essa lógica é ressignificada e a organização desses núcleos em movimentos traz outra demanda educacional, a disputa por políticas públicas e,

simultaneamente, a construção de experiências de educação popular no campo e na cidade, num contexto histórico diferente da efervescência política da redemocratização.

Contudo, apesar dos diversos limites e contradições da luta promovida pelos PVPs, ainda são afirmados os direitos universais e as disputas políticas por conquistas sociais, como mostra a mensagem da imagem²¹ abaixo – um protesto do MSU em Brasília.



Esse movimento reconhece as ações afirmativas como progressos na reparação dos povos historicamente oprimidos, mas entendem como paliativas que não solucionam o problema histórico da exclusão.

Os sujeitos de nossa pesquisa afirmam que o fluxo e o refluxo são partes do processo dos movimentos sociais, mas que os cursinhos populares passam por uma fase de saída do refluxo e reascenso das lutas.

Eu tenho visto que tá aumentando os pré-vestibulares comunitários e a consciência com que as pessoas estão encarando os PVC... O nosso anseio na verdade é que os cursinhos PVC acabassem e que ingressar em uma universidade pública seja normal, mas infelizmente o Brasil está muito longe dessa realidade... Enquanto isso, nós dos PVC estamos aqui para apoiar... (EDUCAFRO 1, depoimento à autora, 2010).

O pessoal sabe o que é cursinho popular, a gente viveu um momento de refluxo há alguns anos atrás e a gente tá retomando, e é uma conquista do movimento nacional, Educafro e MSU parceiros lutando para que o ENEM fosse considerado como primeira fase, na verdade substituísse o vestibular, isso é uma luta nacional... (MSU – 1, depoimento à autora, 2010).

²¹ Imagem retirada do site: <<http://www.msu-minas.blogspot.com/>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

A partir de todo o exposto, observamos que há diversas tensões, convergências e articulações entre as experiências em análise, como debatido no terceiro capítulo deste trabalho. Podemos ressaltar que há uma fragmentação em ambos os casos, no que tange à dinâmica nacional do MSU e da Educafro. Ou seja, o caso que podemos tratar e inferir algumas coisas refere-se especificamente ao Estado de Minas Gerais, mais focalizado em Belo Horizonte. Observamos, portanto, que quando do surgimento do MSU em Minas, a não adesão da Educafro ao Movimento que seria mais amplo, se deu devido ao grau de institucionalização dessa organização, que é financiada pela Associação Franciscana.

É possível inferir, a partir dos estudos que foram feitos sobre os processos político-educativos do Movimento dos Sem-Universidade (MSU) e da Educação e Cidadania para Negros e Carentes (Educafro), compreendendo as demandas educacionais criadas por essas organizações, bem como o papel educativo-pedagógico que se desenvolve na articulação entre os PVPs.

Entendemos que há diversas questões que as diferencia. Questões estas que destacamos nas tensões e divergências, sendo elas: a origem (movimento negro X Juventude da periferia); Representatividade (política X organizacional); e a questão da institucionalização (ONG X Movimento Social).

Um tensionamento presente nos diversos movimentos sociais trata-se da relação com o estado, evidenciado como uma questão problemática também para os PVPs.

Essa visão de que movimento social tem que sair um pouco da visão focalizada na sua luta, e pensar uma luta maior, a gente aprendeu isso muito com os quilombolas, que tem uma luta pelo direito à terra, que essa luta continua, não acabou, sofre todo um processo de criminalização e isso também o MSU, a luta pelo direito à educação no caso do EJA (Educação de Jovens e Adultos) que a prefeitura cobra que deve ter um mínimo de 20 alunos, no núcleo e a gente não consegue isso, e não disponibiliza recursos humanos para mobilizar todos, os sujeitos da EJA para atuar ali dentro do núcleo, não acopla naquilo que foi conquista ali dentro do quilombo, então é um cenário que a gente enfrenta essa relação nossa de movimentos sociais com o Estado[...] (MSU - 1, depoimento à autora em grupo focal, 2010).

E ainda a criminalização feita pelo estado como forma de minar a força dos movimentos, acabaria gerando fragmentação entre as diversas forças dos movimentos, impedindo a articulação e a composição, tão fundamental para uma luta menos focalizada e mais universalista.

[...] o Estado vem cada vez mais criminalizando as nossas lutas, as nossas lideranças, muitas tem sido perseguidas, nós vivemos um período histórico não só em Minas Gerais, mas no Brasil, que acaba que é um refluxo nosso como movimento social, e acaba que a gente tem que estar limitado e a gente acaba cuidando da nossa causa, mas claro que em momentos estratégicos nos juntamos com outros movimentos, no nosso caso MSU, quilombolas e a EJA, mas num outro momento, concordando com a Educafro, hoje os pobres, negros, de periferia reconhecem a nossa luta de cursinho popular, a gente vive uma experiência aqui no centro, o pessoal são todos trabalhadores, a gente viu que esse ano teve essa mudança do ENEM, tanto MSU, Educafro e Maristas, viram isso como uma retomada, um aumento... (MSU - 1, depoimento à autora em grupo focal, 2010).

Assim, procuramos mostrar, ao longo do texto, duas dimensões do MSU e da Educafro, uma dimensão interna (funcionamento cotidiano) e uma dimensão externa (articulações políticas), pois compreendemos que tais escalas de análise nos permitiram compreender as táticas e as estratégias articuladas para desvendamento da filosofia política de ambas as experiências.

Diante dessa análise, podemos afirmar que apesar de possuírem a mesma tática para a democratização do acesso ao ensino superior, sendo a formação e o acompanhamento de núcleos de pré-vestibulares populares em diversas cidades brasileiras. A estratégia identificada para a transformação da sociedade é distinta. Enquanto as ações afirmativas são estratégia para a EDUCAFRO, para o MSU são somente táticas.

Ou seja, há um projeto reformista em ambas as experiências, mas a lógica é distinta. A noção de educação pública não é a mesma, e a compreensão das ações afirmativas é diferenciada, já que o MSU compreende como paliativas e a Educafro como reparação do povo negro que gera transformação estrutural.

Destacamos que diversas questões ainda não estão finalizadas. O processo ainda está em desenvolvimento e desejamos aprofundar e clarificar o debate presente nesta pesquisa.

Detectamos que as principais convergências entre as experiências se situam no âmbito da sua tática e funcionamento de atuação. As tensões residem no âmbito da atuação política desses e da compreensão da educação pública e as articulações se dão na atuação direta, ou seja, nas lutas concretas (Cotas, ProUni, isenção da taxa de inscrição no vestibular) que, apesar das divergências, se unem para o enfrentamento com as forças opositoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enferm.**, v.9, n.1, p.9-14, jan./ abr. 2004.

ALVIM FILHO, H. A supervisão pedagógica no InVest: socializando uma práxis pedagógica. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM FILHO, H.; COSTA, R. P. (Orgs.). **Cursos Pré-vestibulares Comunitários: espaços de mediação pedagógica**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

ARANHA, F. S. **Educadores populares e movimento popular: relação de saber**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2002.

BACCHETTO, J. G. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2001): A luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, 2003.

BATISTA, M. S. X. **Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias**. 28ª. Reunião Nacional da ANPED. Caxambu, 2005.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BONITATIBUS, S. G. **Educação Comparada: conceito, evolução, métodos**. São Paulo: EPU, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília: MEC, 2005.

CANDAU, M. V. F. Os desafios pedagógicos na formação docente dos CPVCs. In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM FILHO, H.; COSTA, R. P. (Orgs.). **Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: espaços de mediação pedagógica**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

CARVALHO, J. C. B.; ALVIM FILHO, H.; COSTA, R. P. (Orgs.). **Cursos Pré-vestibulares Comunitários: espaços de mediação pedagógica**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

CARVALHO, J. J. As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.4, n.2, p.13- 30, 2001.

CASTRO, C. A. **Cursinhos alternativos e populares: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP. Presidente Prudente, 2005.

CASTRO, C. A. **Movimento de Cursinhos Populares: Um movimento territorial?** Laboratório de Políticas Públicas Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, junho, 2005. In: VII Colóquio Internacional de Geocrítica - Instituto de Geografía - Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/7-coldecastro.html>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

CASTRO, C. A. **A universidade na pauta dos movimentos sociais: a geograficidade dos Cursinhos Alternativos e Populares**, Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), São Paulo: 2008.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n.24, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2011.

COSTA, R. P. Utilizando a Pedagogia particularizada dos núcleos (comentada pelo professor Fábio) e sua aula de Didática, cujos alunos exercem docência, qual a sua leitura do corpo docente dos pré-vestibulares? In: CARVALHO, J. C. B.; ALVIM FILHO, H.; COSTA, R. P. (Orgs.). **Cursos Pré-vestibulares Comunitários: espaços de mediação pedagógica**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUSTÓDIO, S. Presidente Nacional do Movimento dos Sem-Universidade. Uberlândia: **Revista de Educação Popular**, n.3, p.105-107, set. 2004.

FACEIRA, L. S. **O ProUni como política pública em suas instâncias macroestruturais, meso-institucionais e microsociais**: Pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio. 2009. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. Porque o conflito entre as tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.66, p.75-80, ago. 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GAMBOA, S. S. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1997. p.84-109.

GERGEN, M. M.; GERGEN, K. J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.366-388.

GADOTTI, M. **Para chegarmos lá juntos e em tempo**: Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. Disponível em: http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Chegar_juntos_EJA_2001.pdf. Acesso em: 27 set. 2010.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997

IASI, M. L. Educação Popular: Formação da consciência e luta política. In: SILVEIRA, M. L. S.; FARAGE, E. (Orgs.). **Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais**. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2004.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUNA, S. V. O falso conflito entre as tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.66, p.70-74, ago. 1988.

MARTIN, J. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso MST. In: **Terra Livre**, ano 18, n.19, p.11-35, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, T. I. **Pré-vestibulares populares em Porto Alegre**: na fronteira entre o público e o privado. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2007.

REZENDE, D. L. **Negros e carentes, negros ou carentes?** Um estudo sobre a relação entre os elementos raça e classe na constituição das identidades dos estudantes dos grupos Educafro em Belo Horizonte. 1. ed. Brasília/Rio de Janeiro: MEC/SECAD/ANPEd, 2007. v.1, 64 p.

RIBEIRO, M. Exclusão e Educação social: conceitos em superfície e fundo. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

RIBEIRO, Maria das Graças. É possível a inclusão num modelo excludente? **Espaço**: informativo técnico-científico do INES. n.18/19 (dezembro/2002 – julho/2003). Rio de Janeiro: Inês, 2003.

RICCI, R. **A complexa relação entre educação e movimentos sociais no Brasil ou Aventuras e Desventuras da Educação Popular em tempos difíceis**. Escritos em Educação, do Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira/Fundação Helena Antipoff, Ibité, Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://www.alasru.org/textos/educ%20e%20mov%20soc%20brasil.doc>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

SANSONE, L. Racismo sem Etnicidade: Políticas Públicas e Discriminação Racial em Perspectiva Comparada. **Dados** [online]. 1998, v.41, n.4, p.751-783. ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52581998000400003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, R. E. Pré-vestibulares Populares: Dilemas políticos e desafios pedagógicos. In: Carvalho, José Carmelo et al. **Cursos Pré-Vestibulares Comunitários: Espaços de mediações pedagógicas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

SILVA FILHO, P. Cursos Pré-vestibulares Populares em Salvador: Experiências Educativas em Movimentos Sociais. **Revista da Faced**, n.8, 2004.

SOUSA NETO, M. F. A ciência geográfica e a construção do Brasil. In: **Terra Livre**, n.15, p.09-20, 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A política para o ensino superior do Governo Lula: uma análise crítica. Cadernos da Pedagogia, São Carlos, UFSCAR, ano 1, v.2, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.br>>. Acesso em: 1 ab. 2010.

WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Bol. Oficina Saint Panan**, v.120, n.6, 1996.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, ano XV, n.2, ago./dez. 2001/ano XVI, n.1, jan./jul. 2002.

VALERIANO, S. M. S. **Um estudo de ideologia educação cidadã: uma análise sobre as motivações e aspirações dos alunos da ONG EDUCAFRO**. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=484>. Acesso em: 03 abr. 2010.

VALLA, V. V. Movimentos sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas. In: FLEURI, R. (Org.). **Intercultura e Movimentos Sociais**, Mover, NUP, Florianópolis, 1998.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, p.149-174, jan./jun. 2008.

Outras fontes consultadas:

CARTILHA Educafro-Minas. Pré-vestibular Comunitário. Educação e Cidadania de negros/as e pessoas da camada popular. S/ data.

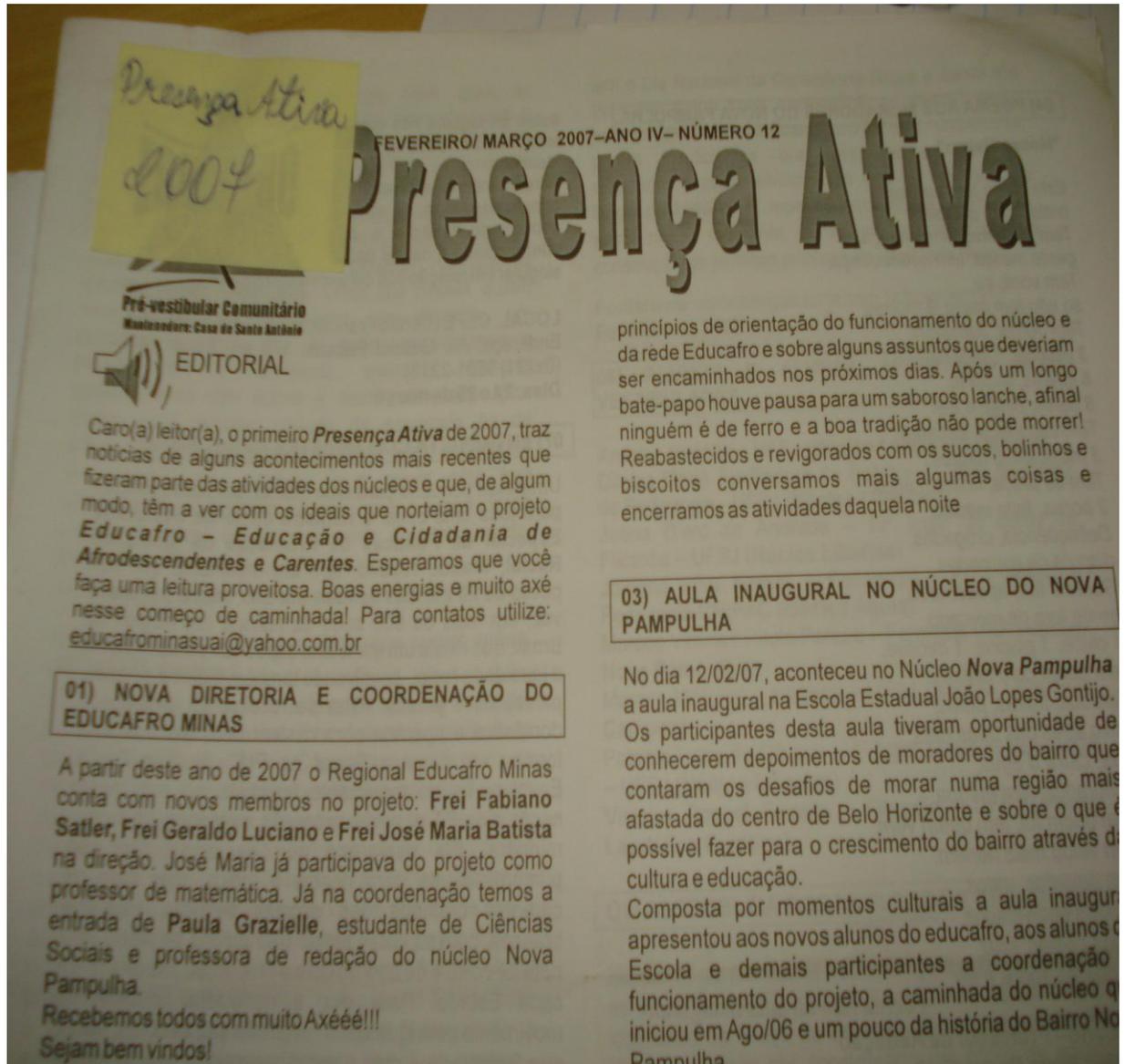
FOLDER MSU-Minas – Movimento dos Sem-Universidade pelo fim dos latifúndios na educação. Pré-vestibular Popular. S/ data.

LOPES, L. S.; ALBUQUERQUE, L. P. **Relatório da pesquisa desenvolvida junto ao Movimento dos Sem-Universidade – MSU**. Belo Horizonte: MG: Programa Conexões Saberes UFMG, 2008. Relatório.

MANIFESTO de construção da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora – UNEAFRO, São Paulo, das dependências da Faculdade de Medicina da USP, 05 de Março de 2009.

ANEXOS

ANEXO A – Jornal EDUCAFRO “Presença Ativa” – 2007:



ANEXO B – Manifesto de dissidência da EDUCAFRO - UNEAFRO:

Manifesto de construção da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora - UNEAFRO

São Paulo, das dependências da Faculdade de Medicina da USP, 05 de Março de 2009

Nós, negras/os, não negros/as pobres, jovens, mulheres, pne's, idosos/as, estudantes de escolas públicas, universitários, professores, educadores/as populares e militantes de diversos movimentos sociais, que ousamos acreditar num país justo, igualitário, livre da exploração promovida pelo sistema capitalista e, sobretudo, sem racismo, manifestamo-nos neste dia 05 de Março de 2009, pelo início da construção da UNEAFRO – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora.

Surgimos a partir de uma grande dissidência da Educafro. Ajudamos a construir o que já foi uma importante ferramenta da luta do povo negro, da juventude e da educação brasileira. Enquanto membros daquela organização pautamos os poderes públicos, universidades, empresas privadas e o setor educacional. Ações Afirmativas e Cotas para negros, indígenas e pobres tomaram corpo de política pública, transformaram-se em leis ou regras autônomas em universidades. Temos convicção de que nossa atuação contribuiu para transformação da vida de milhares de pessoas que buscaram, com dignidade, ocupar espaços historicamente negados à população empobrecida, em especial aos descendentes africanos.

Nos últimos três anos, enquanto ajudamos a conduzir os rumos da Educafro, democratizamos as relações internas, efetivamos a construção coletiva da linha de atuação política e, em especial, priorizamos a formação crítica de viés anti-capitalista e anti-racista. Neste período levamos com intensidade a luta do negro para todas as dimensões da luta popular, obedecendo a compreensão de que a luta contra o racismo e por Cotas/Ações Afirmativas precisa estar aliada à luta social mais ampla, contra as super-estruturas que geram as desigualdades.

Através de dezenas de encontros de formação e em dois encontros deliberativos (Retiros/Congressos de Sumaré e Guararema), a Educafro reivindicou-se como um movimento social do povo negro, democrático, combativo e de luta. Infelizmente, tal condição foi sumariamente negada pela recém reempessada direção. A inviabilidade da continuação do projeto popular, democrático e de luta no seio daquela entidade nos levou a aceitar o desafio da construção deste novo movimento.

Neste momento novo, de superação da experiência da Educafro, propomos a retomada do caminho de luta, calcada nas bases da organização comunitária; da provocação à autonomia dos núcleos; da formação crítica de atores sociais que buscam o rompimento com o sistema político-econômico que só privilegia o mercado e com todos os tipos de preconceito, em especial com o racismo; da busca de uma educação popular e libertadora e da prática da democracia na construção das ações.

A UNEAFRO agrega militantes da causa negra, da luta anti-racista, da causa das mulheres, da diversidade sexual e do combate a todos os tipos de discriminação e preconceito; da causa da Educação Popular e Libertária, da disseminação do protagonismo comunitário e da luta contra a exploração econômica e a dominação política. Nossa vivência nos leva a defesa da tese de responsabilização e da cobrança do Estado pelas mazelas do povo brasileiro, em especial negras/os e pela implementação de Ações Afirmativas dirigidas aos grupos historicamente injustiçados. Reivindicamos nossa vocação para o trabalho educacional de base e de formação política direcionado às comunidades periféricas urbanas; nossa atuação política no interior das Faculdades e Universidades e ações de mobilização estudantil.

A partir da vivência destes 11 anos de organização e articulação de centenas de núcleos de cursinhos comunitários, bem como da atuação e construção política na defesa da educação e da luta contra o racismo, são elementos fundantes da UNEAFRO:

1 - Luta incessante contra o racismo estrutural brasileiro em todas as suas vertentes e dimensões e da defesa dos direitos humanos e constitucionais; responsabilização do Estado brasileiro pelas mazelas sofridas por

negras/os e não negras/os pobres e defesa intransigente de políticas públicas de ação afirmativa, entre elas o sistema de cotas para negras/os nos diversos espaços sociais;

2 – Fortalecimento da aliança entre o movimento anti-racista e movimentos anti-capitalistas e classistas, bem como uma maior integração da questão da/o negra/o nas diversas frentes como a luta por igualdade de gênero, acesso ao judiciário, condições de trabalho e moradia nas cidades, reforma agrária, contra a exploração das multinacionais e pela soberania nacional;

3 – Exercício permanente da organização comunitária, tanto através dos já tradicionais cursinhos pré-vestibulares comunitários ao valorizar regionalmente sua atuação, quanto da organização cultural, esportiva ou de grupos e intervenção política local. Nossos núcleos serão mais que espaços de necessário estudo acadêmico. Sobretudo deverão constituir-se em opções para formação teórica e construção de lutas sociais concretas.

4 – Defesa intransigente da educação pública, popular, gratuita e de qualidade, casada à defesa das Ações Afirmativas e Cotas para a população negra em universidades; Exigência de aumentos substanciais nos investimentos para a Educação, desde o ensino fundamental, até a ampliação das vagas em universidades públicas, além do permanente questionamento ao modelo de acesso via vestibular; Defesa da valorização do profissional da Educação e por uma política pedagógica voltada para a realidade das comunidades. Nossos núcleos em sua prática pedagógica combaterão o automatismo da educação preparatória para o vestibular, desprovida de criticidade ou leitura de mundo onde está inserido o educando.

5 – Incentivo à criação e disseminação de veículos de comunicação alternativos, uma vez que um dos maiores desafios para aqueles que se dedicam à educação popular é justamente furar o enorme bloqueio midiático que banaliza a organização popular e infunde na opinião pública uma aversão a todos os grupos que questionam as estruturas de poder, cumprindo, assim, tarefas históricas para a elite deste país.

6 – Compromisso com a horizontalidade nas relações núcleos/movimento. Uma vez que esta organização se configura como uma união dos núcleos de base, faz-se princípio em nosso cotidiano e relação interna o mesmo que cobramos da sociedade como um todo: o exercício permanente da construção e deliberação coletiva da linha de atuação política, institucional e dos rumos desta organização.

Por fim, não há como deixar de lado a imensa contribuição dada por outros tantos companheiras/os que, individualmente, foram voz discordante e dissidente e que buscaram outros caminhos para sua atuação política. Este Manifesto surge como um chamado aos diversos grupos urbanos organizados ligados a cultura, ao esporte, a grupos de estudo e de educação alternativa, autônomos, independentes, bem como universitários pagantes, inadimplentes, bolsistas, cotistas e proumistas. Este é o momento.

A UNEAFRO é um movimento aberto ao diálogo, que propõe e não impõe idéias, mas não abre mão de endurecer para se fazer ouvido toda vez que esse direito for negado.

Que o exemplo revolucionário de Dandara, Zumbi dos Palmares, Anastácia, Antonio Conselheiro, Luiza Mahin, Che Guevara, Malcon X e tantas outras/os inspire nossa luta!

Surge uma nova trincheira.

Assinam este Manifesto:

Adervaldo José dos Santos – Advogado, coordenador geral do Núcleo Racionais/Itaquaquecetuba

Adriana Aparecida Mendes – bolsista de Serviço Social na Universidade São Francisco

Adriana Camargo dos Santos – bolsista de Psicologia na Universidade São Francisco

Adriano Rodrigues do Nascimento – Professor de História / Educador Social, ex-coordenador pedagógico da Educafro

Afonso Luis Fernandes de Oliveira – Coordenador do Núcleo Guerreiros do Gueto

Seguem mais assinaturas que não incluímos no anexo

ANEXO C – Manifesto em defesa de uma Reforma Universitária Popular (MSU e EDUCAFRO signatários):

Manifesto 00 11

**EXCLUÍDOS DA UNIVERSIDADE!
MILHARES DE SEM UNIVERSIDADE NO BRASIL!!**

Hoje milhares e milhares de jovens das periferias, vilas e favelas do Brasil concluem o ensino médio em escolas públicas, mas não conseguem conquistar o seu direito a uma vaga universidade. E quando conquistam a universidade não tem condições financeiras de permanecer estudando porque se cobram altas mensalidades, altos preços nos restaurantes universitários, no transporte, nos livros didáticos e não oferecem moradia estudantil gratuita.

Com isto só a elite brasileira, que desqualificou a escola pública desde a ditadura militar, entra universidade porque estudaram em escolas particulares e tem dinheiro para manter os seus estudos. Portanto, a universidade pública se tornou um latifúndio do saber, pois está nas mãos de poucos (2,5%) e forma as classes privilegiadas para assumirem o poder na sociedade nos setores públicos e privados.

Diante desta exclusão social e desigualdade econômica, os Movimentos Sociais vem, como na década de 60, lutando por uma Reforma Universitária Popular que garanta a democratização e a transformação da universidade brasileira na construção de um Projeto Popular e Soberano de Brasil. Para isto, então, os Movimentos Populares levantam as seguintes bandeiras:

- Pelo fim do vestibular e acesso livre a universidade;
- Pela ampliação das vagas nas universidades públicas com a criação de mais de 4 milhões de vagas;
- Por isenção da taxa de inscrição nos vestibulares públicos;
- Por mais cursos noturnos para as classes trabalhadoras;
- Por imediata reserva de 50% de vagas para a escola pública nas universidades públicas;
- Por garantia de permanência/assistência estudantil com alimentação, moradia, transporte, bolsa trabalho e livros;
- Por paridade nas eleições para reitor e nos órgãos colegiados dentro das universidades;
- Pela gratuidade integral nas universidades públicas sem cobrança de taxas para declarações, diplomas, históricos, etc;
- Pelo controle social e público das universidades com participação popular;
- Pela construção de universidades populares e municipais dentro de um Projeto Popular e Soberano de Brasil.

POR UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA POPULAR JÁ!!!

MSU
MOVIMENTO DOS SEM UNIVERSIDADE
PELO FIM DOS LATIFÚNDIOS NA EDUCAÇÃO

EDUCAFRO
Federação dos Estudantes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

GRUPREV
ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS
DO RIO DE JANEIRO

Gespalp
para vestibular alternativo